



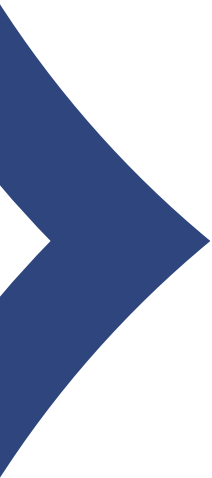
IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

Relatório Anual

2025

Qualidade, acesso e eficiência para o presente e o futuro do SUS





O IEPS

O IEPS é uma instituição sem fins lucrativos, independente e apartidária, criada em 2019 para contribuir com o fortalecimento do sistema de saúde brasileiro. Sua atuação busca promover serviços de maior qualidade, ampliar o acesso da população à saúde e fortalecer uma gestão pública cada vez mais eficiente, capaz de responder aos desafios do presente e do futuro.

Para isso, o instituto atua em três frentes complementares: produção científica de alcance internacional, apoio à gestão pública e incidência política. Ao integrar pesquisa, implementação e formulação de políticas públicas, o IEPS transforma evidências em ação e contribui para mudanças concretas na vida das pessoas.

Nossa atuação é estruturada em três áreas:

Pesquisa

Produção de pesquisas científicas nas áreas de economia da saúde e saúde pública e iniciativas de facilitação do acesso aos dados de saúde no Brasil

Políticas Públicas

Construção de iniciativas em parceria com estados e municípios para apoiar a implementação de políticas de saúde baseadas em dados e evidências científicas

Advocacy

Influência sobre a formulação e a implementação de políticas de saúde com o objetivo de fortalecer o SUS e proteger a saúde da população

Sumário

O IEPS	05	Atenção Primária: monitoramento, provisão e qualificação do cuidado	53
Mensagem do presidente do conselho do IEPS	09	Programa Agora: Políticas Públicas de Saúde Mental	65
Mensagem da Diretoria	11	Agendas Emergentes: experiência do usuário e mudanças climáticas	79
IEPS 2025: conhecimento, ação e transformação na saúde pública brasileira	13	Comunicação, Difusão e Engajamento Institucional	85
Coordenação, regulação e uso eficiente de recursos em saúde	21	Nossos apoiadores	97
Financiamento, dados e inteligência para decisão	39	Nossos parceiros	98
Desigualdades raciais, territoriais e barreiras de acesso à saúde	47	Governança e Pessoas	99

Mensagem do presidente do conselho do IEPS

Ao escrever esta carta de abertura, volto aos relatórios anteriores e ao caminho percorrido pelo IEPS desde sua criação. O instituto nasceu com a convicção de que boas políticas públicas dependem de evidências sólidas, diálogo qualificado com tomadores de decisão e compromisso permanente com o interesse público. Essa convicção está na base da nossa missão e, em 2025, ganhou mais concretude, com novos objetivos e um campo de atuação ampliado e atento aos desafios do presente e do futuro da saúde do Brasil.

Este relatório apresenta uma organização conectada com os desafios de seu tempo, capaz de agir sobre os problemas crônicos, como as barreiras da regionalização e os impactos do subfinanciamento, e também sobre os emergentes, como as mudanças climáticas e as apostas online, fatores que tornaram ainda mais premente o fortalecimento do sistema de saúde brasileiro.

Os projetos desenvolvidos ao longo do ano expressam o compromisso do IEPS com a produção de evidências científicas que dialoguem com a realidade da saúde e contribuam para a sua transformação.

A Agenda Mais SUS e os estudos sobre orçamento e emendas parlamentares contribuíram para qualificar o debate sobre o financiamento da saúde. As iniciativas voltadas para a Atenção Primária em regiões de difícil acesso, como o Afluentes e o Arquipélago, mostram como o diálogo com o território e a valorização de seus saberes e instituições podem impulsionar o acesso à saúde.

O Observatório do Ecossistema da Saúde no Brasil consolidou a atuação do IEPS no debate sobre as relações entre os setores público e privado na saúde, um passo que aponta para a promoção e a democratização dessa discussão, necessária para garantir um olhar abrangente sobre a saúde e sobre o acesso e a qualidade do cuidado para a população.

A dedicação aos temas da saúde mental se consolidou com o Programa Agora, com iniciativas para fortalecer políticas públicas nas escolas e a produção de evidências sobre os impactos das apostas online. A agenda de clima e saúde, tema que será cada vez mais central para a saúde pública e que ganhou, pela primeira vez, um espaço oficial na COP30, se tornou uma nova frente de trabalho.

Nada disso teria sido possível sem uma equipe qualificada e comprometida e sem a colaboração de organizações parceiras e de gestores públicos. Agradeço aos pesquisadores, profissionais, colaboradores associados e visitantes que fizeram parte de mais este ciclo, e estendo esse agradecimento ao nosso conselho, parceiros, apoiadores e gestores públicos que depositam confiança no trabalho do IEPS.

Ao completar mais um ano de trabalho, o instituto reafirma sua capacidade de transformar conhecimento em ação. Mais do que produzir diagnósticos, o IEPS busca contribuir para políticas mais justas e instituições mais preparadas para enfrentar os desafios do presente e do futuro.



Arminio Fraga

Presidente do Conselho do
Instituto de Estudos para
Políticas de Saúde (IEPS)

Mensagem da diretoria

Miguel Lago

Diretor Executivo

Arthur Aguillar

Diretor de Políticas Públicas

Mariana Noronha

Diretora de Operações

Paulo Chapchap

Diretor Médico

Rebeca Freitas

Diretora de Relações Institucionais

Rudi Rocha

Diretor de Pesquisa

Em 2025, o IEPS avançou em uma etapa importante de amadurecimento institucional. Mais do que ampliar projetos, consolidar parcerias ou produzir novas evidências, buscamos fortalecer a forma como planejamos, priorizamos e conectamos nossas diferentes frentes de atuação.

Esse processo também nos levou a organizar de forma mais integrada nossas prioridades, projetos e decisões. A Teoria da Mudança construída em 2025 ajudou a conectar as diferentes frentes de atuação do IEPS — pesquisa, políticas públicas, relações institucionais, comunicação e operações — em torno de uma estratégia comum, orientada por impacto, colaboração e capacidade de implementação.

Essa integração foi essencial diante de um cenário em que o sistema de saúde brasileiro precisa responder, ao mesmo tempo, a desafios estruturais e a problemas emergentes. Por isso, nossa atuação combinou iniciativas voltadas à regionalização, ao financiamento, à Atenção Primária, à regulação das relações público-privadas e ao uso qualificado de dados com agendas como saúde mental, clima e saúde, transformação digital, proteção de crianças e adolescentes no ambiente digital e enfrentamento dos impactos das apostas online.

Ao longo do ano, fortalecemos nossa presença junto a governos, universidades, organizações da sociedade civil, organismos internacionais e parceiros institucionais. Também ampliamos nossa capacidade de implementação em diferentes territórios, qualificamos nossa incidência política, expandimos a produção científica e consolidamos a comunicação como uma ferramenta estratégica para levar evidências a públicos cada vez mais amplos.

As páginas seguintes apresentam esse percurso. Mais do que registrar entregas, este relatório mostra como cada estudo, projeto, parceria e iniciativa contribui para transformar conhecimento em ação e apoiar políticas públicas capazes de melhorar a vida das pessoas.

Esse trabalho é resultado do compromisso cotidiano de uma equipe diversa, técnica e profundamente engajada. Agradecemos a todas as pessoas que constroem o IEPS, aos nossos conselhos, apoiadores, parceiros e gestores públicos que caminharam conosco em mais um ano de atuação.

É com satisfação e transparência que apresentamos o Relatório Anual de 2025.

IEPS 2025: conhecimento, ação e transformação na saúde pública brasileira



Recursos humanos na Saúde	Boletim Radar Mais SUS n. 4 Oferta e demanda no ensino superior em saúde no Brasil	
	Boletim Radar Mais SUS n. 5 Tendências na provisão e distribuição da oferta de profissionais de saúde no Brasil	
Vigilância em Saúde	Boletim Radar Mais SUS n. 3 A evolução do cenário de arboviroses no Brasil e a mobilização do Programa Saúde na Escola	
Saúde Mental	Boletim Radar Mais SUS n. 2 A oferta e distribuição de serviços de saúde mental no Brasil entre 2013 e 2023	
Orçamento da Saúde	Boletim Radar Mais SUS n. 6 Emendas parlamentares no SUS: recursos incertos para despesas permanentes	
	Nota Técnica n. 38 O Orçamento do SUS para 2025: O que podemos esperar?	
Atenção Primária	Texto para Discussão n. 21 Aumento do uso de serviços de saúde entre pessoas em situação de rua: evidências das Consultas na Rua no Brasil	

Saúde da População Negra	Boletim Saúde da População Negra n. 7 Mortalidade Materna	
Relações Público-Privadas na Saúde	Estudo Institucional n. 12 Gestão Privada de Serviços Públicos	
	Nota Técnica n. 37 Inflação de planos de saúde no Brasil em perspectiva comparada	
	Nota Técnica n. 39 Transição para OSS em Hospitais Públicos: Evidências no Contexto Brasileiro	
Clima e Saúde	Nota Técnica n. 40 Acesso à Saúde na Amazônia Legal: Distâncias e Desafios Estruturais	
	Nota Técnica n. 41 Exposição da Rede de Saúde Brasileira a Desastres Naturais	
	Nota Técnica n. 42 Racismo ambiental e saúde urbana: poluição, calor extremo e arborização nas Regiões Metropolitanas	
Participação Social	Boletim Radar Mais SUS n. 7 A participação social nas Conferências Nacionais de Saúde	



 [ACESSE AQUI](#)

DOSSIÊ
A Saúde dos Brasileiros em Jogo
Análise político-econômica da regulamentação de apostas online e seus impactos para a saúde da população brasileira
02 DE DEZEMBRO



 [ACESSE AQUI](#)

RELATÓRIO
Saúde Mental de Crianças e Adolescentes no Brasil: o que revelam as evidências científicas?
Um balanço de intervenções e diretrizes para políticas públicas
25 DE MAIO



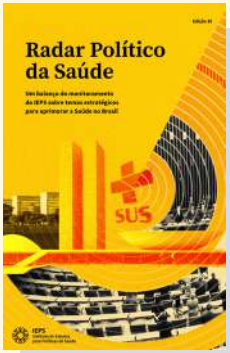
 [ACESSE AQUI](#)

LEGISLAÇÃO
Política de Regionalização da Saúde
Por um SUS único no Estado de São Paulo
29 DE MAIO



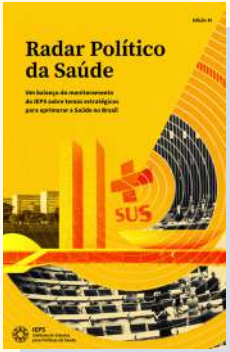
 [ACESSE AQUI](#)

NOTA TÉCNICA
Política de Regionalização da Saúde: por um SUS único no Estado de São Paulo
23 DE MAIO



8ª edição
18 DE NOVEMBRO

 [ACESSE AQUI](#)



5ª edição
20 DE MAIO

 [ACESSE AQUI](#)



Edição Especial
A Saúde no Congresso Nacional em 2024
13 DE AGOSTO

 [ACESSE AQUI](#)



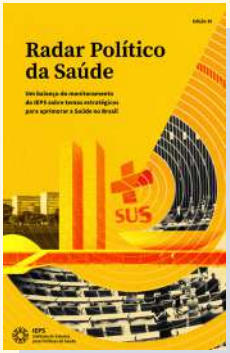
7ª edição
23 DE SETEMBRO

 [ACESSE AQUI](#)



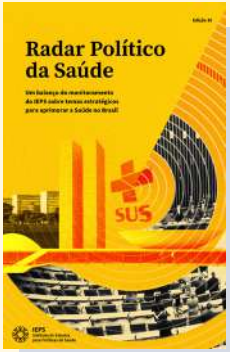
4ª edição
19 DE MARÇO

 [ACESSE AQUI](#)



6ª edição
18 DE JULHO

 [ACESSE AQUI](#)



3ª edição
24 DE JANEIRO

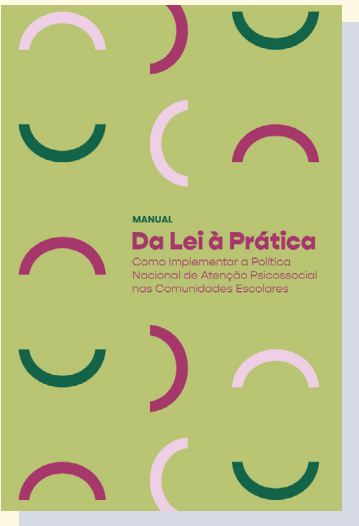
 [ACESSE AQUI](#)



Fact Sheet | Edição Especial
Radar Político da Saúde – A Saúde no Congresso Nacional em 2024

 [ACESSE AQUI](#)

Painel de Produções IEPS em 2025



MANUAL
Da Lei à Prática: Como Implementar a Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares
25 DE FEVEREIRO



RELATÓRIO
Monitoramento da Implementação da Política Nacional de Saúde Mental nas Escolas
15 DE OUTUBRO



Publicações Selecionadas

Artigos assinados por pesquisadores do IEPS e publicados em periódicos científicos de alto impacto no Brasil e no mundo

Building a health system resilience framework: national, state, regional, and local perspectives
Adriano Massuda, Eduardo Alves Lazzari, Marcia C. Castro, Marco Antonio Catussi Paschoalotto, Rudi Rocha



Racial inequalities in access to healthcare services in Brazil (2019): a decomposition analysis
Rony Coelho, Matías Mrejen, Lucas Falcão, Rudi Rocha, Thomas Hone



Healthcare utilisation among low-income individuals affected by violence in Rio de Janeiro, Brazil: a retrospective cohort study
Por Sophia Medeiros, Julia Guerra, Vinicius Peçanha, Joana Monteiro, Rudi Rocha, Christopher Millett, Thomas Hone



No time to wait: resilience as a cornerstone for primary health care across Latin America and the Caribbean
Por Renato Tasca e mais



More doctors, better health? Consolidating evidence from Brazil's Mais Médicos program
Por Rudi Rocha



Por uma cultura do acolhimento
Por Dayana Rosa, Filipe Asth, Priscila Borges e Rebeca Freitas



Coordenação, regulação e uso eficiente de recursos em saúde



Comissão Intergestores Tripartite (CIT) realizada na sede da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS), em Brasília, em julho de 2025.
Foto: Maria Luíza Diniz/Conasems

Programa Redes: regionalização, desenvolvimento e saúde

A aprovação da Política de Regionalização da Saúde do Estado de São Paulo e o reconhecimento do IEPS com a Medalha de Honra e Mérito da Gestão Pública em Saúde Walter Leser marcaram 2025 como um ano de consolidação para o Programa Redes. As duas conquistas projetaram a contribuição do instituto na agenda da regionalização e reafirmaram seu papel na construção de soluções voltadas ao fortalecimento do SUS.

Esse avanço se somou a outras entregas estratégicas, como a criação do Plano Diretor de Regionalização e a consolidação dos Planos de Ação de Transformação para a Saúde Digital em Mato Grosso do Sul; a construção de fluxos macrorregionais para as Redes de Atenção à Saúde dos estados de Pernambuco e Mato Grosso do Sul; e a publicação de um Protocolo de Acesso aos Exames da Atenção Especializada em Pernambuco.

Desenvolvido em parceria com os estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Pernambuco, o Redes atua sobre desafios centrais da regionalização, com foco em três pilares: governança sólida, burocracia efetiva e financiamento indutor. A partir dessa abordagem, o programa contribui para qualificar a gestão nos territórios, fortalecer a coordenação entre entes federativos e criar condições mais consistentes para organizar as Redes de Atenção à Saúde.



Política de Regionalização de São Paulo, um marco para o estado e para o IEPS

Lançada em agosto de 2025, a construção da Política, que estabelece diretrizes para fortalecer e amadurecer a regionalização no estado, contou com o apoio técnico e estratégico do Redes, iniciando em 2023.



A Medalha “Walter Leser” é uma honraria concedida pelo Governo de São Paulo para personalidades e entidades que se destacam de forma notável e contribuem para o fortalecimento e o desenvolvimento do Sistema Único de Saúde no estado.
Foto: Paulo Guereta / Governo do Estado de SP

“A Política nasce de um processo de construção genuinamente colaborativo, que combinou evidências, escuta qualificada e pactuação entre diferentes esferas de gestão. Acreditamos que essas diretrizes criam bases concretas para um SUS mais coordenado, resolutivo e justo no estado de São Paulo”

AGATHA ELEONE | Gerente de programa do IEPS



Desenvolvimento da burocracia regional

Um dos principais desafios para a efetivação da regionalização está no fortalecimento de lideranças regionais, atores essenciais para articular decisões, fluxos e responsabilidades entre estados e municípios.

O Redes avançou na criação e validação de uma matriz de competências para dirigentes regionais, organizando de forma objetiva os conhecimentos, comportamentos e habilidades necessários ao exercício da função. A matriz foi construída a partir de diagnósticos realizados em São Paulo e Mato Grosso do Sul e foi posteriormente validada também em Pernambuco.

Em São Paulo, o desenvolvimento de gestores regionais integra as diretrizes da Política de Regionalização do estado. A construção desse instrumento representa um passo importante para qualificar a burocracia regional e fortalecer a capacidade de coordenação das políticas de saúde nos territórios.

Em Mato Grosso do Sul, o trabalho avançou para a priorização de uma agenda de fortalecimento dos núcleos regionais, com apoio à definição de missão, visão, valores e objetivos estratégicos. Já em Pernambuco, o processo de avaliação das competências apontou oportunidades de desenvolvimento na dimensão de inovação e tecnologia.

Essa frente integrou também a formação de lideranças municipais no Mato Grosso do Sul, por meio da tripla formativa em regionalização para secretários municipais, com adesão de 74 secretários, o equivalente a 93% dos municípios do estado. A experiência contribuiu com o fortalecimento da capacidade dos gestores municipais de atuar estrategicamente na governança regional do SUS e gerou aprendizados relevantes sobre os desafios políticos e institucionais da regionalização.

Financiamento indutor da regionalização

Nessa frente de atuação do Redes, houve avanços na definição de critérios para a alocação de recursos orientados às necessidades dos territórios. Em Pernambuco, o programa contribuiu para a construção de critérios de priorização do financiamento estadual de ações derivadas do Planejamento Regional Integrado (PRI), com base no caderno de Diretrizes, Objetivos, Metas e Indicadores (DOMI) elaborado em parceria com o estado e alinhado ao Plano Estadual de Saúde.

A proposta de aplicação sequencial desses critérios buscou direcionar recursos para iniciativas com maior relevância regional, viabilidade de execução e potencial de impacto sobre a maturidade da regionalização, compondo uma base técnica para a definição das contrapartidas estaduais que induzem e fortalecem a coordenação regional do SUS.

Agenda Mais SUS

A Agenda Mais SUS avançou como uma plataforma integrada de produção de evidências, monitoramento político e formulação estratégica, desenvolvida pelo IEPS em parceria com a Umane para contribuir com o fortalecimento do sistema de saúde brasileiro.

O projeto consolidou sua atuação em três frentes complementares: o Radar Político da Saúde, voltado ao acompanhamento das agendas do Executivo e do Legislativo federal em temas estratégicos para as políticas de saúde; o Radar Mais SUS, dedicado à produção de evidências aplicadas sobre temas estruturantes do sistema; e a construção da Agenda Mais SUS 2027–2030, voltada à formulação de propostas para o próximo ciclo político.

Com essa arquitetura, a Agenda ampliou a capacidade do IEPS de qualificar o debate público, oferecer subsídios técnicos a gestores e formuladores de políticas e influenciar prioridades estratégicas para o SUS.

Radar Político da Saúde

O Radar Político da Saúde consolidou-se como instrumento de monitoramento contínuo das agendas do Executivo e do Legislativo federal. Ao longo do ano, foram publicadas

seis edições bimestrais, com análises sobre movimentações relevantes para o sistema de saúde e temas estratégicos para a formulação de políticas públicas de saúde.



ACESSE A PUBLICAÇÃO



As edições abordaram temas estratégicos para a saúde pública como as mudanças na liderança do Ministério da Saúde, a regulação das apostas online e os impactos na saúde mental da população, o lançamento do Programa Agora Tem Especialistas (PATE), a regulação de ambientes digitais e os debates sobre o uso de inteligência artificial no SUS.

Um dos principais marcos foi o lançamento da primeira edição especial do **Radar Político da Saúde — A Saúde no Congresso Nacional em 2024**. A publicação analisou 1.314 proposições legislativas relacionadas à saúde, considerando tema, objetivo, público-alvo e relação com políticas públicas existentes.

O lançamento também marcou a incorporação de novos formatos de comunicação visual, como a produção de um factsheet e a estreia do Mais SUS em Dados. Esses materiais contribuíram para traduzir análises complexas em conteúdos mais acessíveis e visualmente atrativos, ampliando o alcance da Agenda entre gestores, imprensa, parlamentares e formuladores de políticas públicas.



Nesse contexto, o Radar passou a ser utilizado também como ferramenta de **qualificação legislativa**, com aplicação direta em iniciativas como a formação sobre Transtorno do Espectro Autista (TEA) promovida pela **Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental**.

A publicação teve ainda ampla repercussão na imprensa brasileira, com quase **500 menções** e destaque em espaços de grande visibilidade, como a coluna **Painel**, da Folha de S.Paulo, editada pelo jornalista **Fábio Zanini**, além de veículos como *O Globo*, *Estadão*, *Poder360* e *Agência Brasil*.

14%

das proposições apresentadas em 2024 foram campanhas simbólicas, como o “Dia Nacional de Cuidados com as Mãos” e o “Dia Nacional do Sono”

13%

das propostas são voltadas à saúde mental e doenças específicas, mas com produção fragmentada e pouco convergente às políticas do SUS

Como as proposições legislativas se relacionam com as políticas públicas já existentes?

585

projetos possuem **relação direta com políticas públicas** considerando as duas casas

235

COMPLEMENTAÇÃO

40%

foram classificados como de complementação, geralmente com foco em **ajustes normativos** ou **ampliação pontual de ações existentes**

158

CONTRAPOSIÇÃO

1 em cada 4

projetos entra em conflito com normas já vigentes, como protocolos do SUS ou decisões técnicas da Conitec e da Anvisa

Os projetos que **contrapõem** políticas públicas em saúde se concentram em apenas dois temas:

132

INOVAÇÃO

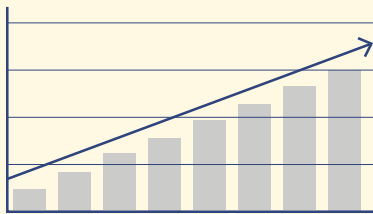
60

SOBREPOSIÇÃO

20% ATENÇÃO ESPECIALIZADA
25% VIGILÂNCIA EM SAÚDE

O **Radar Mais SUS** se consolidou como uma das principais fontes de **evidências aplicadas** da Agenda Mais SUS. Foram publicados **seis boletins temáticos**, com análises sobre a oferta de serviços de saúde mental, o enfrentamento das arboviroses, a formação em saúde e a força de trabalho no SUS.

O Boletim Radar Mais SUS n. 2, que analisa a oferta e a distribuição de serviços de saúde mental no Brasil, teve ampla repercussão nacional, com mais de **50 inserções na imprensa**, incluindo cobertura no G1, CNN, Folha de S.Paulo e TV Cultura, ampliando significativamente o alcance das análises e fortalecendo a presença institucional do IEPS.



Uso de antipsicóticos e atendimentos psicossociais cresce no SUS

Os atendimentos psicossociais no SUS dobraram entre 2013 e 2023, passando de 13,1 milhões para 26,4 milhões. No mesmo período, o uso de antipsicóticos também cresceu, enquanto a rede de atenção psicossocial teve redução de leitos psiquiátricos e expansão dos CAPS, apontando para a prevalência no SUS do modelo de atenção psicossocial em contraposição ao modelo asilar.



Fragmentação e financiamento da saúde no Brasil e no mundo

A coexistência de múltiplas fontes de financiamento, níveis de governo e arranjos institucionais pode dificultar a coordenação das políticas públicas e afetar a eficiência e a equidade dos sistemas de saúde. Desde 2022, o IEPS integra uma pesquisa internacional que investiga como a fragmentação no financiamento da saúde afeta metas como acesso, qualidade e equidade na cobertura universal. Desenvolvido em parceria com centros de pesquisa da Colômbia, do México, da Índia e do Reino Unido, o projeto busca apoiar gestores públicos e formuladores de políticas na construção de soluções para o aprimoramento dos sistemas de saúde.

Entre as pesquisas desenvolvidas pelo IEPS, está uma avaliação do Programa Cuidar Melhor, uma iniciativa da Secretaria da Saúde do Ceará lançada em 2021 e focada na melhoria da qualidade da saúde pública e na redução das principais causas de óbito evitáveis. Após a etapa inicial do estudo ter demonstrado a não

Cooperação internacional em pesquisa

WORKSHOP INTERNACIONAL SOBRE FRAGMENTAÇÃO DO FINANCIAMENTO DA SAÚDE



Entre **27 e 30 de maio**, o IEPS realizou, em São Paulo, um workshop que reuniu parceiros do **Brasil, Colômbia, México, Índia e Reino Unido** para discutir novas perspectivas de pesquisa, fortalecer a colaboração internacional e aprofundar estratégias de engajamento político. A programação incluiu debates sobre *working papers*, oportunidades de investigação e financiamento e estudos de caso sobre gastos em saúde, fusões e aquisições no setor privado e impactos de políticas públicas.

Visita do National Institute for Health Research (NIHR)

Nos dias **8 e 9 de outubro**, o IEPS recebeu em São Paulo a visita de gestoras do **NIHR**, um dos principais financiadores das pesquisas do instituto.

A agenda teve como objetivo acompanhar o andamento dos projetos e discutir progressos, conquistas, impactos e desafios dos três estudos em curso — *Health Financing for Universal Health Care in Challenging Times: Leaving No-one Behind (HFACT)*, *Health Financing Fragmentation and Universal Health Coverage in Brazil, Colombia, Mexico and India* e *Strengthening the Brazilian health system to better address racial/ethnic health inequities*.

Além disso, promovemos um evento de **networking** com outros pesquisadores brasileiros também financiados pelo NIHR, criando um espaço para troca de experiências e apresentação de pesquisas.

efetividade do programa, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, buscando investigar os fatores que influenciaram tais resultados e explorar possíveis caminhos para seu aprimoramento.

Para isso, foram realizadas entrevistas com pessoas envolvidas na implementação da política, como representantes do poder executivo municipal, equipes de gestão municipal e estadual de saúde e profissionais responsáveis pela execução da iniciativa. Os dados coletados passaram por uma análise temática, com o objetivo de identificar padrões, recorrências e os sentidos atribuídos pelos entrevistados.

Outro avanço importante foi o lançamento do site oficial do projeto, que funciona como um repositório de informações sobre as pesquisas desenvolvidas e sobre as atividades de disseminação realizadas no âmbito da agenda.

Observatório do Ecossistema da Saúde no Brasil (OESB)

As relações entre os setores público e privado constituem um dos temas mais estratégicos para o futuro da saúde no Brasil, com efeitos diretos sobre o acesso da população, a organização do SUS, a sustentabilidade do sistema e a equidade em saúde.

Em 2024, o IEPS deu um passo importante nessa agenda com a publicação da pesquisa *Setor Privado e Relações Público-Privadas da Saúde no Brasil: Em Busca do Seguro Perdido*, estudo que consolidou evidências sobre saúde suplementar, mecanismos de financiamento e interações entre os setores, criando as bases para a qualificação do debate e para a criação do Observatório do Ecossistema da Saúde no Brasil (OESB).

Em 2025, essa agenda avançou com a criação do OESB, concebido pelo IEPS como uma plataforma independente voltada à produção de evidências, ao monitoramento de políticas de saúde que envolvem o setor privado e à qualificação do debate público sobre as relações entre os setores público e privado na saúde.

O Observatório reúne análises e proposições voltadas ao fortalecimento da transparência, da regulação e da formulação de políticas públicas, com foco em uma interface público-privada mais alinhada aos princípios do SUS.

O OESB passou a organizar, sob uma mesma agenda, frentes de trabalho relacionadas ao aprimoramento da prestação de serviços geridos por organizações sem fins lucrativos, ao monitoramento e análise de políticas públicas de saúde que tangenciam o setor privado e à regulação da saúde suplementar, consolidando um espaço permanente de análise e incidência sobre temas decisivos para o futuro do sistema de saúde brasileiro.

Uma das principais contribuições dessa agenda foi a publicação da **Nota Técnica n. 37 — Inflação de planos de saúde no Brasil em perspectiva comparada**. O estudo mostrou que, entre 2006 e 2024, os preços dos planos de saúde cresceram de forma



Preço dos planos de saúde sobe 327% em 18 anos

A Nota Técnica n. 37 ganhou destaque no jornal *O Globo*, em reportagem que enfatizou o impacto do aumento acumulado das mensalidades sobre o orçamento de famílias e empresas. A cobertura também apresentou o debate em torno das justificativas mobilizadas pelo setor para

explicar esse movimento, como incorporação de tecnologias, mudanças demográficas e maior uso dos serviços, além de apontar os possíveis efeitos desse encarecimento sobre o acesso à saúde suplementar e a pressão sobre o SUS.



persistente acima da inflação geral. Em comparação internacional, o Brasil figura entre os países com maior aumento de preços no setor, cenário que pode comprometer a acessibilidade dos usuários, pressionar a sustentabilidade do sistema de saúde e ampliar a demanda sobre o SUS.

As **Organizações Sociais da Saúde (OSS)** também foram tema de pesquisa do IEPS. A **Nota Técnica n. 39** e o **Estudo Institucional n. 12** analisam os efeitos da contratação de OSS para a gestão de hospitais públicos no Brasil. Os estudos mostram que a adoção desse modelo está associada, em média, ao aumento das internações hospitalares e a ganhos relevantes de produtividade, como maior rotatividade e ocupação de leitos, com redução no tempo médio de permanência.

A pesquisa ganhou projeção acadêmica e institucional e foi apresentada por Rudi Rocha, diretor de pesquisa do IEPS, em eventos relevantes sobre regulação, sustentabilidade do SUS e relações público-privadas em saúde, ampliando a presença do instituto em espaços estratégicos de debate e interlocução com formuladores de políticas, especialistas e lideranças do setor.

Eficiência na Gestão de Unidades do SUS

Confira a participação de Rudi Rocha no seminário “Sustentabilidade do SUS”, organizado pelo Ibross em parceria com o Conasems, o Tribunal de Contas da União e o Ministério da Saúde. Participaram da mesa, ao lado do diretor de pesquisa do IEPS, representantes do Hospital Israelita Albert Einstein, do TCE/GO e do Hospital do Subúrbio



Diálogo e parcerias estratégicas

A construção do Observatório impulsionou novas parcerias estratégicas para fortalecer o debate sobre o tema. O IEPS consolidou interlocução com o NIHR e abriu diálogo com o Conselho Nacional de Secretários de Saúde (Conass) para iniciar a elaboração conjunta de propostas regulatórias.

Além disso, ampliamos a participação em redes qualificadas de controle e governança a partir da parceria com a Associação dos Membros dos Tribunais de Contas do Brasil (Atricon) e com o Instituto Rui Barbosa (IRB). O acordo com as organizações foi firmado durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (IV CITC), realizado em Florianópolis, no qual também apoiamos a construção da mesa “Contratualização e avaliação da qualidade dos serviços de saúde: desafios de fiscalização”.

A cooperação busca apoiar a qualificação da governança das OSS e ampliar a capacidade institucional de acompanhamento da transferência de gestão de serviços de saúde no país, por meio do compartilhamento de conhecimentos, informações, boas práticas e materiais técnicos sobre as relações público-privadas na saúde, além da realização de eventos conjuntos.

O IEPS também articulou a participação do Conass no debate, representado pelo secretário de Saúde de Santa Catarina, **Diogo Demarchi**, fortalecendo o diálogo entre órgãos de controle, gestores públicos e especialistas sobre os desafios regulatórios e institucionais das OSS no SUS.



Cooperação técnica visa ampliar o diálogo entre as organizações e fortalecer iniciativas conjuntas e de interesse público sobre o tema



Rafael Fonseca, representante do IEPS, durante apresentação na oficina “Contratualização e avaliação da qualidade dos serviços de saúde: desafios de fiscalização” do IV CITC.



Foto: Maycon Silva/ Empresa Benevides

Planos de Saúde “Simplificados”: e o SUS com isso?

O IEPS acompanhou de forma estratégica a proposta de sandbox regulatório da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para testar planos de saúde com cobertura restrita a consultas eletivas e exames simples, que mobilizou o debate público no início de 2025.

Participamos de consulta pública para envio de recomendações e críticas à proposta da ANS e apresentamos nosso posicionamento público em [artigo de opinião publicado no jornal O Globo](#), destacando os prejuízos às usuárias e usuários do SUS, a pressão sobre o sistema de saúde e a fragilização da integralidade do cuidado. Posteriormente, o sandbox foi suspenso pela ANS.



Planos ‘simplificados’ e a saúde pública

ARMINIO FRAGA, PAULO CHAPCHAP,
REBECA FREITAS, RUDI ROCHA
E ARTHUR AGUILLAR

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) anunciou em fevereiro a proposta de criar um ambiente regulatório experimental (ou “sandbox” regulatório) para testar planos de saúde com cobertura restrita a consultas eletivas e exames simples. Planos que não cobrem urgência e emergência, internações nem terapias, incluindo psicoterapias e as oncológicas, dentre outras. Argumentos técnicos e jurídicos apontam para a ilegalidade da proposta e foram elencados de forma exaustiva na ação civil pública movida pelo Instituto de Defesa do Consumidor (Idc). Além disso, a proposta não reflete adoção inovadora de tecnologia como preconiza a Advocacia-Geral da União (AGU) para justificar esse tipo de teste regulatório. Em face desses questionamentos, é necessário explicitar alguns dos possíveis efeitos na vida dos cidadãos e para o SUS, caso esses planos passem a ser ofertados.

O principal argumento da ANS é a ampliação do acesso à saúde suplementar a partir da criação de um produto mais barato, que possibilitaria diagnósticos antecipados. Contudo o usuário que saiu da atenção primária do SUS para obter seu diagnóstico no setor privado precisará retornar ao sistema público para fazer uma cirurgia, uma hemodiálise ou

uma fisioterapia. Nos casos de câncer, o diagnóstico nem sequer será concluído, pois não há cobertura para biópsia. De qualquer forma, o paciente carecerá de atendimento em momento de grande necessidade.

Ao retornar ao SUS, esse paciente, que pôde pagar pelo plano de saúde minimalista, repetirá toda a jornada de consultas e exames por que passou no setor privado até conseguir seu diagnóstico, perdendo o tempo em que poderia já estar em tratamento? Ou será encaminhado diretamente a um especialista que possa dar início

O usuário que saiu do SUS para obter diagnóstico no setor privado precisará retornar ao sistema público

ao tratamento, passando na frente dos que não têm condição de pagar por um plano e aguardam consultas e exames que levem ao diagnóstico? Na primeira alternativa, o usuário perde ainda mais tempo até o início do tratamento. A segunda fere frontalmente o princípio da equidade do SUS. E pode levar ao endividamento das famílias em momento de extrema vulnerabilidade, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, onde há planos de saúde com características similares aos simplificados. Para os usuários que dependem exclusivamente do SUS, o resultado pode ser uma espera ainda maior por um tratamento que pode custar sua vida. Ambas as alternativas afetam a integralidade da atenção à saúde, princípio do SUS que deve garantir a assistên-

cia à saúde para além da prática curativa.

Por fim, na perspectiva dos consumidores de planos empresariais, que representam mais de 70% dos que têm plano de saúde no país, o risco é que tal mudança incentive as empresas contratantes a substituir planos de maior cobertura pelos minimalistas. Se num plano de saúde todos de um grupo contribuem para um fundo comum, e esse dinheiro é usado para ajudar quem precisa de cuidados, por que a cobertura de eventos extremos deveria ficar de fora?

Considerando o retrocesso dos mecanismos de seguro no país, diagnosticado por pesquisa do Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS) lançada em 2024, e a simbiose entre os setores privado e público, quaisquer mudanças regulatórias aplicadas ao mercado de operadoras de planos de saúde que tenham potencial de afetar o SUS e seus usuários devem ser rigorosamente avaliadas e discutidas. Para além da ilegalidade do teste regulatório, a proposta da ANS pode desestruturar o mercado de seguros de saúde no Brasil, comprometer princípios fundamentais do SUS e colocar em risco a vida e o bem-estar de milhões de brasileiros.

*** Arminio Fraga** é presidente do conselho do IEPS. **Paulo ChapChap** é diretor médico do IEPS. **Rebeca Freitas** é diretora de Relações Institucionais do IEPS. **Rudi Rocha** é diretor de pesquisa do IEPS e professor da FGV. **Arthur Aguiar** é diretor de Políticas Públicas do IEPS.

Aperfeiçoamento do Programa Agora Tem Especialistas (PATE)

O IEPS também acompanhou o arranjo regulatório do Programa Agora Tem Especialistas (PATE) e apresentou contribuições voltadas ao seu aperfeiçoamento. Entre os principais avanços, destaca-se a atuação voltada ao refinamento técnico do Edital n. 02/2025, do Ministério da Saúde, responsável pelo chamamento de operadoras de planos privados de assistência à saúde para participação no programa.

As contribuições resultaram na incorporação de dois dispositivos ao Edital, que passou a restringir a participação de produtos de operadoras com comercialização suspensa pela ANS ou com baixa avaliação, fortalecendo a segurança e a qualidade da assistência ofertada.

O instituto manteve um esforço contínuo de monitoramento e análise regulatória com o objetivo de identificar lacunas e propor ajustes que contribuam para a defesa da qualidade assistencial, dos princípios do SUS e da consolidação de políticas mais robustas e orientadas ao usuário.

Como desdobramento dessa atuação, o IEPS foi convidado a participar da mesa “Gasto tributário, ressarcimento ao SUS e renegociação de dívidas”, realizada no seminário “Planos de Saúde e SUS: Evidências, Desigualdades e Políticas”, promovido pelo Departamento de Economia e Investimentos em Saúde (DESID/MS), e da Oficina de Pesquisa de Monitoramento e Avaliação do Programa Agora Tem Especialistas realizada pelo Ministério da Saúde.

Financiamento, dados e inteligência para decisão



O Ministério da Saúde é o responsável pelo planejamento técnico e orçamentário do SUS. Foto: Roque de Sá/Agência Senado

Orçamento da Saúde no Brasil

O monitoramento do orçamento da saúde consolidou-se como uma frente importante da atuação do IEPS na qualificação do debate sobre financiamento, transparência e equidade no SUS.

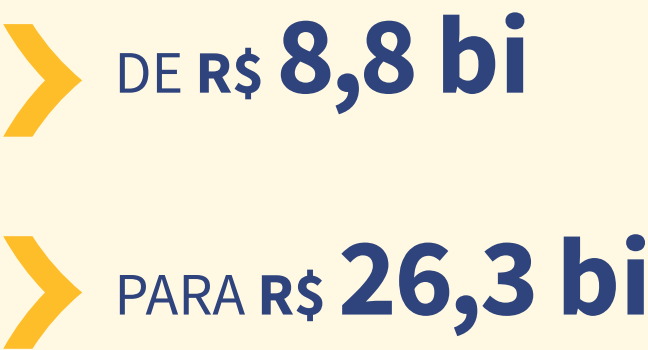
Com foco na eficiência da alocação de recursos públicos, o IEPS prosseguiu as análises sobre o papel das emendas parlamentares, cuja expansão tem ampliado a fragmentação do orçamento e reduzido a capacidade de planejamento do Ministério da Saúde. Dinâmica que pode comprometer a previsibilidade necessária para a execução de políticas e programas permanentes, além de reforçar desigualdades regionais na distribuição dos recursos.

Ao produzir evidências sobre essas distorções, o IEPS contribuiu com debates públicos e institucionais sobre financiamento da saúde, governança orçamentária e uso mais eficiente dos recursos disponíveis para o SUS.

Orçamento do SUS para 2025: O que podemos esperar?

A Nota Técnica n. 38 – O Orçamento do SUS para 2025: O que podemos esperar? revelou um crescimento de 30% do orçamento da saúde nos anos entre 2022 e 2025, além de apontar que quase metade da expansão foi apropriada pelas emendas parlamentares.

O valor aprovado em emendas parlamentares para a saúde entre 2015 e 2025 passou:



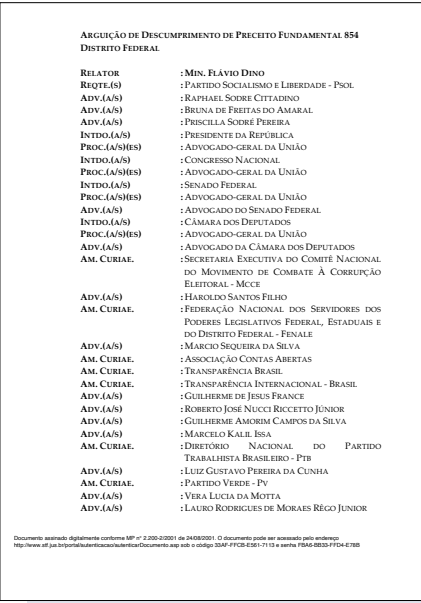
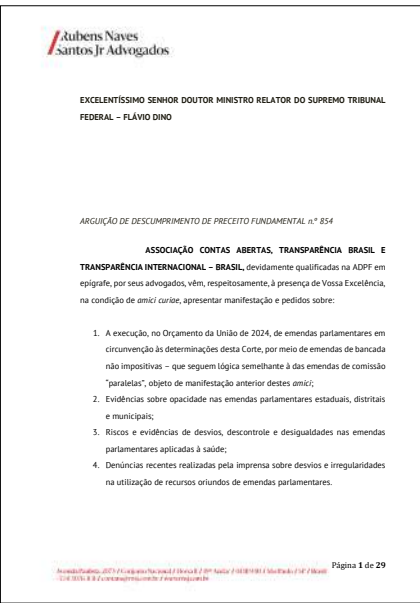
Recursos incertos para despesas permanentes

A produção científica do projeto também investigou a frequência de recebimento de emendas para custeio de Ações e Serviços Públicos de Saúde (ASPS) nos municípios brasileiros entre 2021 e 2024.

O Boletim Radar Mais SUS n. 6 – Emendas parlamentares no SUS: recursos incertos para despesas permanentes apontou que no período, de um ano para outro, os recursos destinados a 1.165 municípios podem ter dobrado ou sido reduzidos quase integralmente. A dinâmica pode prejudicar o planejamento orçamentário dos municípios em políticas e programas de saúde que exigem previsibilidade.

O estudo foi utilizado como referência técnica pela Associação Contas Abertas, amicus curiae na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental n. 854, relatada pelo ministro Flávio Dino no Supremo Tribunal Federal (STF). A ação resultou em decisão que estabeleceu regras de transparência, rastreabilidade e governança para a execução e a destinação de emendas parlamentares. A menção ao estudo do IEPS apoiou a argumentação sobre as desigualdades na distribuição de recursos destinados à saúde por meio das emendas parlamentares.

As ASPS são relativas, em sua maioria, às necessidades fixas, como compra de medicamentos de uso contínuo para distribuição no SUS e o pagamento de salários de profissionais de saúde.



Orçamento, emendas e equidade no SUS em debate

A distribuição de recursos para o SUS de forma estratégica e eficiente é essencial para garantir o funcionamento adequado do sistema de saúde. Esse tema foi abordado em eventos importantes, nos quais o IEPS participou ativamente, contribuindo com evidências e análises do impacto das emendas parlamentares e da alocação de recursos no SUS.

No 13º Congresso do GIFE, realizado em Fortaleza, entre os dias 7 e 9 de maio de 2025, o instituto participou da mesa “Desconcentrando riquezas com equidade no SUS: os desafios da alocação de recursos na assistência à saúde”. O IEPS apresentou dados e propôs discussão em torno de três eixos: o peso das emendas no orçamento da saúde, o colapso dos investimentos públicos e o aumento dos subsídios ao setor privado.



Miguel Lago, diretor executivo do IEPS, durante o seminário de lançamento do Centro de Análises de Políticas Públicas do Ceará, promovido pelo Instituto de Ciências Médicas Paulo Marcelo Martins Rodrigues

Foto: Divulgação/Brain Med



Foto: Divulgação/Brain Med

Também no Ceará, o IEPS participou do seminário de lançamento do Centro de Análises de Políticas Públicas do Ceará, promovido pelo Instituto de Ciências Médicas Paulo Marcelo Martins Rodrigues. O evento marcou o início de uma plataforma permanente de estudos e discussões voltados ao fortalecimento das políticas públicas e à melhoria da gestão de saúde no estado.

Miguel Lago, diretor executivo do IEPS, participou da mesa “Eficiência das Emendas Parlamentares e o Impacto na Saúde”, compartilhando dados e análises sobre as implicações da fragmentação do financiamento da saúde pública, baseados nas pesquisas do instituto realizadas ao longo do projeto.

Além disso, as discussões sobre os gastos tributários em saúde também marcaram a agenda do seminário “Planos de Saúde e SUS: Evidências, Desigualdades e Políticas”, promovido pelo DESID/MS. No evento, o IEPS participou da mesa “Gasto tributário, ressarcimento ao SUS e renegociação de dívidas”, abordando os desafios fiscais e discutindo a sustentabilidade financeira do SUS ao lado de representantes da ANS e do IPEA.



As emendas na Saúde do Ceará: série de reportagens do Diário do Nordeste

A produção científica e a participação em espaços qualificados de debate abriram espaço para a colaboração do IEPS como fonte qualificada de uma série de reportagens produzidas pelo jornal Diário do Nordeste e que abordaram o papel das emendas parlamentares na Saúde cearense.

1.

Como a saúde se tornou o principal destino das emendas federais no Ceará

Média histórica mostra que parlamentares cearenses aportam R\$ 9 em cada R\$ 10 dos repasses para a área


2.

Principal destino das emendas no Ceará, Saúde sofre ameaça por falta de previsibilidade no custeio

Dependência de articulações políticas torna irregular o volume de repasses para o financiamento da área


3.

‘Refém das emendas’: É possível romper a dependência dos municípios no custeio da saúde?

Propostas vão de revisão do pacto federativo a novas regras para uso das emendas no custeio do SUS



IEPS Data

O IEPS Data é uma iniciativa do IEPS voltada a ampliar o acesso, a organização e o uso de dados em saúde no Brasil, apoiando gestores, pesquisadores e formuladores de políticas na produção de diagnósticos e na tomada de decisão baseada em evidências.

Iniciamos, ao longo do ano, um processo de reformulação do portal, com o objetivo de oferecer uma experiência mais intuitiva, moderna e alinhada às necessidades dos usuários. Mesmo durante essa etapa de redesenho, a plataforma seguiu em atualização, com a inserção de novos indicadores e a revisão de bases já disponíveis.

A nova versão foi desenhada para destacar de forma mais clara os recursos disponíveis e facilitar a navegação entre indicadores, bases de dados e ferramentas de análise.

Paralelamente, os produtos vinculados ao IEPS Data passaram por atualizações. O FluxSUS foi atualizado com dados e visualizações sobre fluxos ambulatoriais do SUS entre 2010 e 2023, ampliando a capacidade de análise sobre a utilização dos serviços de saúde no país. Já o painel do SISAB, desenvolvido ao longo do ano, teve seu lançamento alinhado às mudanças no portal do Ministério da Saúde, de modo a garantir consistência e abrangência aos indicadores apresentados.

Com esses avanços, o IEPS Data reforça seu papel como ferramenta de apoio à gestão pública e à análise de políticas de saúde, contribuindo para tornar os dados mais acessíveis, integrados e úteis para o fortalecimento do SUS.

Desigualdades raciais, territoriais e barreiras de acesso à saúde



Operação na favela Kelson's, localizada na zona norte do Rio de Janeiro.
Foto: Fernando Frazão/Agência Brasil

Violência urbana e saúde nas favelas do Rio de Janeiro

Encerrado em fevereiro de 2025, o projeto foi desenvolvido em parceria com pesquisadores do Imperial College London e investigou formas inovadoras de medir a violência urbana e compreender seus impactos sobre o sistema de saúde. Iniciada em 2022, a pesquisa buscou identificar como episódios de violência afetam o acesso, a utilização e a qualidade dos serviços, especialmente em territórios marcados por maior vulnerabilidade social.

A partir dessa abordagem, foram produzidos dois estudos que mostraram que a violência urbana reduz o uso dos serviços de saúde em territórios vulnerabilizados, ao mesmo tempo em que políticas de redução da violência podem ampliar o acesso da população ao cuidado. Em conjunto, os resultados reforçam a necessidade de integrar saúde, segurança pública e políticas sociais no enfrentamento das desigualdades.

Healthcare utilisation among low-income individuals affected by violence in Rio de Janeiro, Brazil: a retrospective cohort study

O estudo analisou dados mensais de **204 clínicas do Rio de Janeiro**, entre 2010 e 2016, combinados a registros georreferenciados de violência associados a operações policiais e confrontos entre facções. Os resultados mostram que a exposição à violência reduz significativamente a utilização dos serviços de saúde, com efeitos mais intensos em bairros de baixa renda. Embora não tenham sido identificados impactos relevantes em indicadores de qualidade, como rotatividade de profissionais ou internações hospitalares, os achados indicam que a violência urbana interrompe o acesso ao cuidado e aprofunda desigualdades em saúde.



Equidade racial em saúde

A agenda de equidade racial em saúde avançou em duas frentes complementares: a conclusão do ciclo da Cátedra Çarê-IEPS, com novas evidências sobre desigualdades persistentes no acesso, nos desfechos e na qualidade do cuidado, e o início de um novo projeto internacional de pesquisa sobre o tema.

Após três anos de atuação, a Cátedra concluiu suas atividades com a publicação de três pesquisas sobre diabetes, mortalidade materna e causas evitáveis. Os estudos contribuíram para qualificar o debate público sobre racismo e seus impactos na saúde da população negra, ao evidenciar desigualdades sistêmicas em diferentes dimensões do cuidado.

O reconhecimento dessa produção científica levou à participação do IEPS no III Simpósio de Pesquisa em Saúde da População Negra, organizado pelo Grupo de Pesquisa em Saúde da População Negra (Race.ID), na Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (FMUSP). O convite fortaleceu a interlocução com centros de excelência na área e reafirmou a relevância da contribuição do instituto para o campo das desigualdades raciais em saúde.



“O Impacto do Programa de Pacificação na Utilização de Serviços de Saúde nas Favelas do Rio de Janeiro”.

O segundo estudo avaliou os efeitos do programa de pacificação das favelas do Rio de Janeiro, iniciado em 2008, sobre a utilização de serviços de saúde. A análise comparou **128 clínicas próximas a favelas pacificadas e não pacificadas**, entre 2009 e 2016, e mostrou que o programa esteve associado ao aumento de procedimentos de saúde nas unidades próximas às áreas pacificadas. Os resultados reforçam que a redução da violência pode diminuir barreiras de acesso aos serviços públicos e evidenciam a importância de políticas integradas para enfrentar determinantes sociais da saúde em comunidades vulneráveis.

Diabetes



O **Boletim Çarê-IEPS n. 6**, dedicado à mortalidade e às hospitalizações por diabetes. Os resultados mostraram que os indicadores relacionados à doença são sistematicamente piores entre a população negra, especialmente durante a pandemia de Covid-19, e que, ao longo da última década, as taxas de mortalidade por diabetes permaneceram consistentemente mais elevadas nesse grupo.

Mortalidade Materna



O **Boletim Çarê-IEPS n. 7**, sobre mortalidade materna. A publicação revelou que mães pretas morrem em proporção duas vezes maior que mães brancas, em um cenário associado a desigualdades no acesso e na qualidade do pré-natal. O estudo teve ampla repercussão, incluindo [entrevista](#) do pesquisador Lucas Falcão à TV Brasil, ampliando o debate público sobre racismo na saúde.

Causas Evitáveis



O **Boletim Çarê-IEPS n. 8**, que analisa a dimensão racial da mortalidade por causas evitáveis no Brasil entre 2012 e 2023. O estudo mostra que a população negra apresenta taxas de mortalidade evitável sistematicamente mais altas do que a população branca e aponta uma contradição importante: embora morra mais por causas tratáveis, esse grupo utiliza menos serviços essenciais de diagnóstico e tratamento, como mamografia e quimioterapia.

Esse acúmulo de conhecimento e articulação institucional abriu caminho para uma nova etapa de atuação na agenda. O IEPS iniciou um novo projeto de pesquisa sobre desigualdades raciais em saúde, desenvolvido em parceria com o Imperial College London e financiado pelo National Institute for Health and Care Research. A iniciativa combina produção de evidências, análise do impacto de políticas públicas sobre a saúde da população negra e estratégias de disseminação de dados e incidência pública, incluindo ações articuladas com o IEPS Data.

O projeto já avançou na consolidação de sua estrutura de pesquisa e governança. O uso dos microdados identificados do município do Rio de Janeiro foi aprovado pelo CONEP. A pesquisa sobre viés implícito em saúde passou a ser desenvolvida em 13 unidades geridas pelo Instituto de Responsabilidade Social Sírio-Libanês (IRSSL), ampliando o alcance e o potencial analítico do estudo.

Com essa agenda, o IEPS dá continuidade ao trabalho iniciado com a Cátedra Çarê-IEPS e amplia sua atuação na produção de evidências sobre desigualdades raciais em saúde, fortalecendo a conexão entre pesquisa aplicada, dados públicos e formulação de políticas voltadas à equidade no SUS.

Atenção Primária: monitoramento, provisão e qualificação do cuidado



Atendimento realizado em Soure, na Ilha do Marajó, durante a primeira expedição do projeto Arquipélago. Foto: Divulgação/IEPS

Monitoramento e gestão da qualidade da Atenção Primária

Os projetos InovAPS, implementado em Sobral entre 2023 e 2025, e Recife Monitora, desenvolvido na capital pernambucana desde 2021, serviram como referência técnica para uma nova iniciativa institucional voltada ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde em grandes centros urbanos.

A iniciativa integra metodologias de inovação e gestão da qualidade com ferramentas tecnológicas de monitoramento e uso inteligente de dados com o objetivo de apoiar a gestão pública na construção de uma Atenção Primária mais resolutiva e conectada às necessidades da população.

Para isso, combina melhoria contínua da qualidade, monitoramento de indicadores, avaliação da satisfação dos usuários, apoio territorial às equipes, formação em saúde e mecanismos de reconhecimento do desempenho.

Esse novo ciclo ganhou força com a ampliação das parcerias institucionais, a partir da entrada do Instituto Devive e da Fundação Maria Emília como financiadores, ao lado da Umane, e com a assinatura do Acordo de Cooperação Técnica com Salvador, primeiro município a receber a iniciativa integrada.

Os primeiros passos em Salvador

Na capital baiana, o IEPS conduziu um amplo diagnóstico institucional da Atenção Primária e iniciou o processo de cocriação das intervenções que serão implementadas ao longo da parceria. O projeto-piloto foi elaborado com ênfase em cinco frentes integradas: plataforma de monitoramento, avaliação da satisfação dos usuários, planos de ação e treinamentos das equipes para melhoria contí-

nua, estrutura de apoio territorial às unidades e incentivos vinculados ao desempenho.

Além disso, o IEPS passou a apoiar o município de Salvador em iniciativas voltadas à redução das filas de espera para atendimento especializado, contribuindo para a construção de protocolos assistenciais e de regulação do acesso.

A continuidade em Recife

Na capital pernambucana, a atuação do IEPS avançou no aprimoramento da plataforma de dados do Recife Monitora, que reúne informações sobre os três eixos avaliativos e de monitoramento da iniciativa: a avaliação de qualidade pelas equipes/ autoavaliação dos profissionais, a Avaliação de Satisfação do Usuário (ASU) e indicadores de desempenho assistenciais. A equipe do IEPS também elaborou materiais de apoio à

gestão do cuidado e ao fortalecimento dos instrumentos de avaliação da Atenção Primária.

A experiência do Recife Monitora foi compartilhada no 1º Simpósio Internacional de Transformação Digital do SUS e no 14º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, ampliando a visibilidade da iniciativa e seu potencial de disseminação.

Afluentes: atenção primária em territórios ribeirinhos e de difícil acesso

O Afluentes é uma iniciativa do IEPS voltada ao fortalecimento da Atenção Primária à Saúde no Oeste do Pará, com foco no aprimoramento das linhas de cuidado de pré-natal e hipertensão. O projeto combina tecnologias de mensageria, ampliação da conectividade e estratégias de educação em saúde adaptadas às realidades culturais e territoriais da Amazônia.

A iniciativa é financiada pelo programa Juntos pela Saúde, idealizado pelo BNDES e gerido pelo IDIS, em parceria com a Umane. O projeto conta ainda com apoio técnico do Projeto Saúde e Alegria e da ImpulsoGov, além do apoio do Instituto Arapyaú e da Uma Concertação pela Amazônia.

Foram formalizados Acordos de Cooperação Técnica com os seis municípios participantes e criados Comitês Gestores Municipais para fortalecer a governança local e o protagonismo dos territórios. O IEPS também passou a participar das reuniões da Comissão Intergestores Regional (CIR) do Baixo Amazonas e Tapajós, em Santarém, com o objetivo de compartilhar avanços do projeto e fortalecer a integração regional.



O webinar “Afluentes: fortalecendo a APS no Oeste do Pará” marcou o lançamento do projeto e reuniu acadêmicos, gestores da Saúde e representantes do terceiro setor.



Também foram realizados diagnósticos sobre as linhas de cuidado de pré-natal e hipertensão e sobre o grau de digitalização das unidades de saúde. Os resultados orientaram a cocriação das intervenções implementadas em caráter piloto em Santarém e Belterra, constituindo a base para a expansão da iniciativa para Aveiro, Curuá, Itaituba e Oriximiná a partir de 2026.

Outro marco importante foi a realização de uma imersão de cocriação em Santarém, que reuniu gestores locais e parceiros institucionais do projeto. As atividades serviram para fortalecer o diálogo, aprofundar o conhecimento sobre os municípios, sua população e seus serviços de saúde e orientar as estratégias de implementação nos territórios.



Imersão de cocriação do projeto Afluentes reuniu apoiadores e parceiros do projeto e representantes dos municípios de Aveiro, Belterra, Curuá, Oriximiná, Itaituba e Santarém. Foto: Tarcila Mesquita/IEPS

O início em Santarém e Belterra: formações e mensageria

A implementação piloto do Afluentes começou em Santarém e Belterra, concentrando-se em duas frentes: formação das equipes de saúde e uso de estratégias de mensageria para aproximar a população das unidades e fortalecer o engajamento com o cuidado.

As ações formam a base de um modelo de fortalecimento da Atenção Primária em contextos amazônicos, articulando inovação, participação territorial e estratégias de cuidado adaptadas às realidades locais.

Guias Práticos: adaptação de conhecimentos à realidade ribeirinha

As primeiras capacitações foram realizadas nas unidades de saúde de Conquista e Curuai, situadas em áreas ribeirinhas de Santarém, e na unidade de Maurícia Colaço, em Belterra. Ao todo, reuniram 94 profissionais de saúde, entre agentes comunitários, médicas e médicos, enfermeiras e enfermeiros, nutricionistas, assistentes sociais e demais integrantes das equipes.



Capacitação realizada na UBS Maurícia Colaço, em Belterra. Foto: Denis Almeida/IEPS

As atividades foram desenvolvidas com base nos Guias Práticos das linhas de cuidado de pré-natal e hipertensão, elaborados pela equipe técnica do IEPS, a partir dos protocolos de saúde do Ministério da Saúde, para apoiar a rotina dos serviços e fortalecer a oferta de cuidado a gestantes, puérperas e pessoas com hipertensão

arterial. Os materiais reúnem orientações operacionais, fluxos, checklists e ferramentas práticas para o dia a dia dos profissionais.

Para apoiar a formação das equipes, foram utilizadas ferramentas pedagógicas adaptadas ao contexto amazônico, com linguagem acessível e

metodologias participativas, incluindo jogos e dinâmicas voltados à fixação dos conteúdos e ao compartilhamento de estratégias já desenvolvidas pelas próprias equipes locais.

Os indicadores de absorção de conhecimento demonstraram resultados expressivos: 92,9% dos profissionais passaram a identificar corretamente os critérios de alto risco gestacional e 92,5% demonstraram domínio da técnica adequada de aferição da pressão arterial. Além da elevada avaliação da metodologia das capacitações, com nota média de 4,9 em uma escala de 5, os resultados apontam para mudanças imediatas na prática profissional: mais de 97% dos participantes relataram confiança para realizar a estratificação de risco já na primeira consulta.

Mensageria: a unidade de saúde mais perto do usuário

O projeto também implementou ações de sensibilização e educação em saúde, por meio do envio de mensagens por WhatsApp, para as populações atendidas nas primeiras unidades de saúde que receberam o Afluentes. A estratégia foi desenhada para aproximar os usuários das equipes, reforçar orientações de cuidado e apoiar o acompanhamento de pessoas que não deram continuidade ao tratamento ou que precisavam ser reengajadas nas linhas de cuidado de pré-natal e hipertensão.

As mensagens passaram por um rigoroso processo de validação junto às gestões municipais e equipes téc-



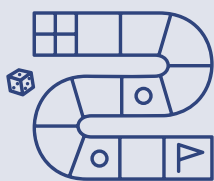
Capacitação para protocolos de Hipertensão e Pré-Natal realizada na UBS Curuai, em Santarém. Foto: Luciana Potiguar

nicas locais, com o objetivo de garantir uma linguagem culturalmente adequada e alinhada às necessidades dos territórios. A assertividade desse alinhamento prévio se demonstrou na prática: na fase de implementação, a estratégia de mensageria alcançou taxas de interação por WhatsApp superiores a 15%, reforçando a hipótese de que o conteúdo desenvolvido é relevante para a população.

Para que a intervenção não se limitasse a uma ação pontual, a equipe também desenvolveu uma proposta específica de monitoramento da mensageria, envolvendo não apenas

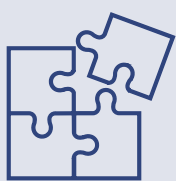
métricas de alcance e visualização, mas indicadores de resultado, como alcance efetivo, taxa de adesão e, futuramente, impacto nos indicadores assistenciais de cada linha de cuidado.

As mensagens foram enviadas pelas gestões municipais e desenvolvidas em parceria com a ImpulsoGov e o Projeto Saúde e Alegria.



JOGO DE TABULEIRO
“Na Trilha da Pressão”

O jogo propõe um exercício para reforçar e fixar conceitos relacionados ao cuidado da hipertensão arterial.



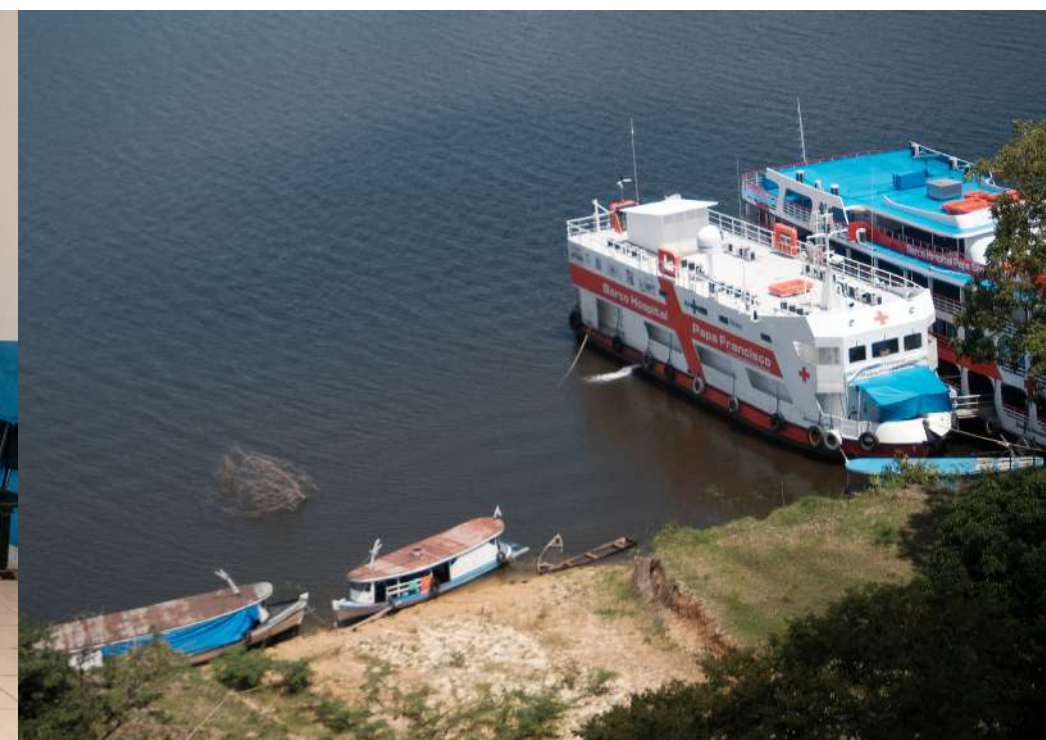
QUEBRA-CABEÇA
“Por Dentro dos Guias Práticos”

Utilizado para facilitar a apropriação dos conteúdos dos Guias Práticos pelos profissionais de saúde.



DINÂMICA
“Estacionamento de Ideias”

Momento de troca de experiência para identificar soluções e estratégias já utilizadas pelos participantes nos seus territórios de atuação.



Soure, na Ilha do Marajó, no Pará.
Fotos: Aryanne Almeida/IEPS

Arquipélago: atenção primária, formação médica e fixação de profissionais

O Arquipélago é uma iniciativa do IEPS, desenvolvida em parceria com a Universidade do Estado do Pará (Uepa) e a Prefeitura de Soure, para fortalecer a Atenção Primária no arquipélago do Marajó por meio de uma estratégia integrada entre saúde, educação e território.

O projeto busca enfrentar um dos principais desafios da saúde na Amazônia Legal: a provisão, atração e fixação de profissionais em regiões rurais e de difícil acesso. Para isso, aproxima estudantes de Medicina da realidade do SUS Amazônico e fortalece a rede local de saúde por meio de atividades clínicas, comunitárias e formativas.

A implementação piloto contou com duas turmas e envolveu 20 estudantes de Medicina da Uepa, selecionados por meio de processo competitivo e preparados para uma experiência de imersão de 15 dias no município de Soure. Durante as imersões, os estudantes participaram de atendimentos clínicos supervisionados, visitas domiciliares, atividades educativas e ações desenvolvidas em escolas, hospitais e comunidades locais.



“Tem sido uma vivência extremamente enriquecedora e única. É muito gratificante ver o impacto real das ações de saúde no território. Estamos todos aprendendo muito com cada atendimento e com o contato direto com a comunidade”

RHILLARY JANSEN

Aluna da primeira turma do projeto durante a imersão em Soure

A experiência também aprofundou a compreensão sobre os determinantes sociais da saúde e levou a maioria dos estudantes a considerar a possibilidade de atuar em municípios do interior. No campo assistencial, a presença dos estudantes esteve associada ao aumento da produção das unidades. No total, houve um aumento de aproximadamente 300 atendimentos nas unidades de saúde que receberam as duas turmas do projeto.

Os aprendizados gerados pelo piloto reforçaram o potencial da iniciativa como estratégia de formação para o SUS Amazônico e abriram caminho para discussões sobre sua expansão, consolidando um modelo de formação médica conectado ao território e com potencial de escala para outras regiões de difícil acesso.



O ministro da Saúde, Alexandre Padilha, celebrou a conclusão da primeira turma do Arquipélago em vídeo enviado para os estudantes que participaram do projeto.



Estudantes da primeira turma do projeto Arquipélago. Foto: Aryanne Almeida/IEPS

A implementação piloto do projeto foi celebrada em uma cerimônia de certificação realizada na Uepa, em Belém, reunindo estudantes participantes, representantes da universidade, gestores públicos e parceiros da iniciativa. A ocasião também contou com uma mensagem em vídeo do ministro da Saúde, Alexandre Padilha, que parabenizou os estudantes e destacou a importância de iniciativas que fortalecem a formação médica e ampliam o acesso à saúde em territórios da Amazônia Legal.



Atendimento realizado durante a primeira imersão do projeto Arquipélago em Soure. Foto: Aryanne Almeida/IEPS

Programa Agora: Políticas Públicas de Saúde Mental

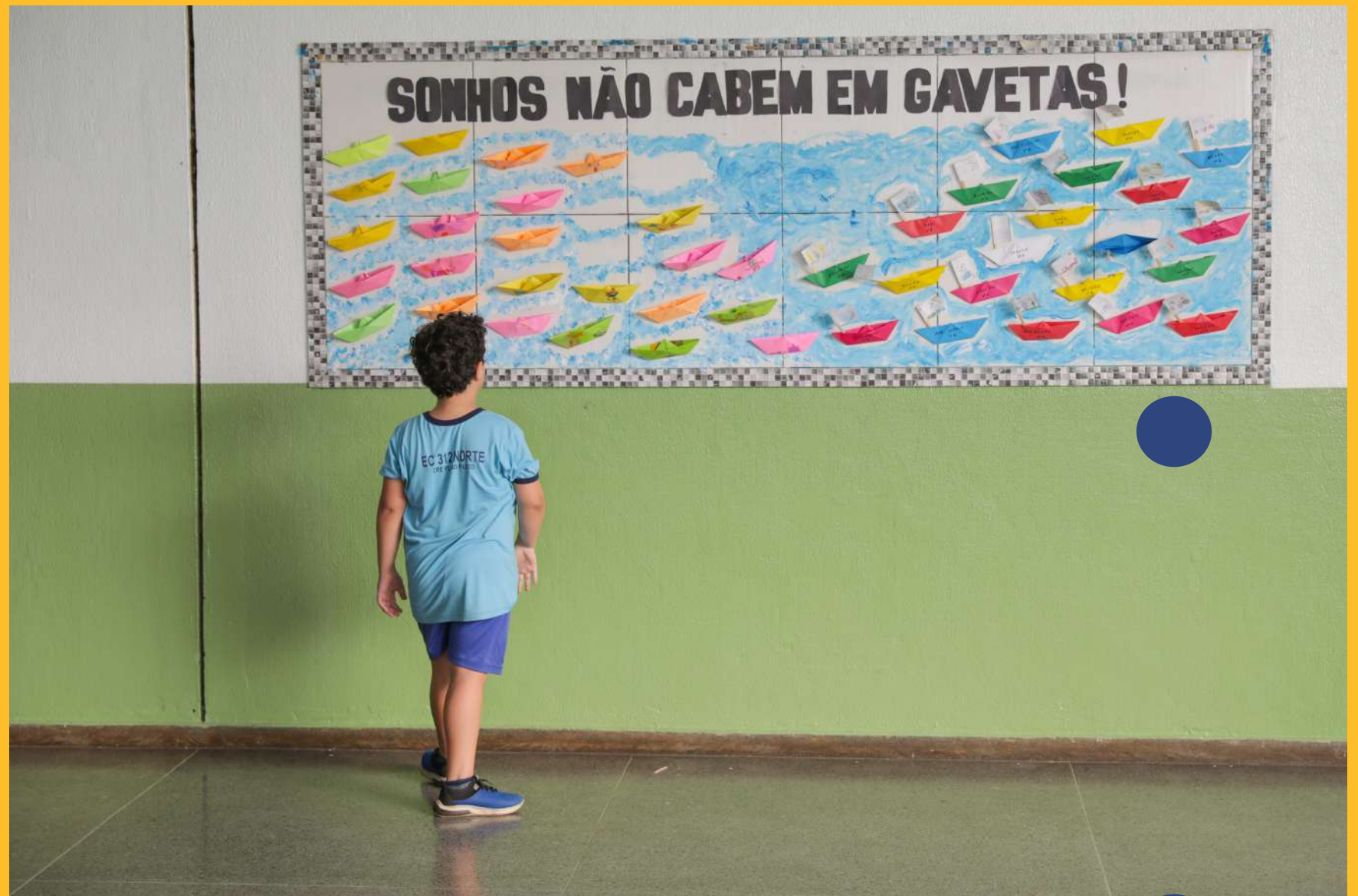


Foto: Tony Oliveira/Agência Brasília

A atuação do IEPS em temas relacionados às políticas de saúde mental no Brasil ganhou uma nova configuração com a criação do Agora: Políticas Públicas de Saúde Mental, programa que reúne projetos como a Secretaria Executiva da Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental e as iniciativas voltadas para a saúde mental de crianças e adolescentes e a saúde mental nas escolas.

A partir da experiência acumulada desde 2021 e da expansão da agenda em 2024, o programa passou a organizar sua atuação de forma integrada, combinando pesquisa, incidência e formulação de políticas públicas para enfrentar fatores emergentes que impactam negativamente a saúde mental da população.

As iniciativas do Programa Agora: Políticas Públicas de Saúde Mental contam com apoio do *Child Mind Institute*, do Infnis e do Instituto Betty e Jacob Lafer.

Saúde mental nas escolas brasileiras

A agenda de saúde mental nas escolas ganhou densidade política, técnica e pública ao longo do ano, com atuação do IEPS em frentes complementares de incidência legislativa, produção de evidências, formação de gestores e apoio à implementação territorial.

O foco foi contribuir para qualificar a regulamentação da Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares, ampliar sua adesão e fortalecer sua implementação nos territórios.

Por meio de sua atuação na Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental, o IEPS contribuiu para a inclusão da Política como estratégia de aprendizagem para a Educação Básica e o Ensino Médio no novo Plano Nacional de Educação, que orientará a política educacional brasileira até 2034. A conquista reforça a centralidade do tema na agenda educacional e amplia as condições políticas para sua implementação.

Outro marco foi o lançamento do Relatório de Monitoramento da Implementação da Lei de Saúde Mental nas Escolas, elaborado pelo IEPS em articulação com a Frente Parlamentar. O documento foi elaborado a partir de consulta às

secretarias estaduais e municipais de educação e saúde das Unidades Federativas e capitais, identificou **30 projetos e programas de saúde mental nas escolas** em desenvolvimento no país, mesmo diante da ausência de regulamentação federal.

O relatório foi entregue ao ministro da Educação, **Camilo Santana**, durante evento no Congresso Nacional, que contou com a participação de integrantes do comitê do Juntô Jovem, uma iniciativa que reúne 11 jovens, de 16 a 19 anos, das cinco regiões do Brasil. O IEPS é parceiro na coordenação do comitê. O Juntô é promovido pelo *Global Center da Stavros Niarchos Foundation (SNF)* para Saúde Mental de Crianças e Adolescentes no *Child Mind Institute*.

A relevância crescente do tema também levou a FPSM a criar a Coordenação de Saúde Mental e Educação, ampliando o escopo de atuação para incorporar demandas da comunidade escolar e de outros níveis de ensino, como universidades e pós-graduação. O novo eixo é coordenado pelo deputado Rafael Brito, presidente da Frente Parlamentar da Educação e membro titular da Comissão de Educação da Câmara.



Contribuição técnica do IEPS

A Política Nacional de Atenção Psicossocial nas Comunidades Escolares foi instituída pela Lei n. 14.819/2024 e contou com colaboração técnica do IEPS desde sua formulação inicial. O apoio começou em 2021, ainda na construção da minuta do projeto de lei, e avançou por meio de estratégias de *advocacy* voltadas à aprovação e sanção da nova política.

Sistema Estadual de Atenção Psicossocial às Escolas em Pernambuco

Pernambuco é uma das referências nacionais na implementação de ações voltadas à saúde mental nas comunidades escolares, agenda na qual o IEPS atua como parceiro técnico do governo estadual.

Em parceria com a Secretaria de Educação de Pernambuco, o IEPS realizou o curso **“Da Lei à Prática: Como Implementar a Política Nacional de Saúde Mental nas Escolas”**, uma formação direcionada a mais de 50 servidores

dos 14 Núcleos de Atenção Psicossocial do estado. A iniciativa representa uma etapa importante para a elaboração do Plano de Ação Estadual de implementação da Política Nacional.

A parceria também avançou em outras frentes voltadas à consolidação do Sistema Estadual de Atenção Psicossocial às Escolas, articulando diagnóstico, governança intersetorial, formação e adaptação de metodologias ao contexto local.

Confira as aulas do curso disponíveis online:

A importância do protagonismo juvenil nas políticas públicas de saúde mental

A aula discute o papel dos jovens na formulação, execução e avaliação de políticas públicas de saúde mental, destacando a juventude como sujeito ativo de direitos e agente de transformação social.



O papel social da escola na promoção da saúde mental

O evento discute a centralidade da escola como espaço de proteção, convivência e construção de vínculos, refletindo sobre os desafios enfrentados diante de desigualdades, violências e precarização.



Saúde mental dos Professores

A aula discute a saúde mental dos professores como dimensão essencial para a qualidade da educação e do cuidado com a comunidade escolar, apresentando estratégias institucionais de acolhimento e apoio aos educadores.



A partir da realidade das 16 Gerências Regionais de Ensino (GREs), o IEPS elaborou um diagnóstico institucional que combinou entrevistas, oficinas participativas e escutas territoriais. O processo permitiu identificar desafios estruturais, prioridades de atuação e oportunidades concretas para fortalecer a atenção psicossocial nas escolas do estado.

Outro avanço central foi a estruturação de uma governança intersetorial para sustentar a implementação do sistema. Com a criação de um comitê composto por representantes das áreas de Educação, Saúde, Assistência Social e Criança e Juventude, foram definidos dois grupos de trabalho com entregas prioritárias: o Fluxo de Acolhimento em Saúde Mental para a Comunidade Escolar e o pacote de normativos necessários à institucionalização da política estadual.

Em parceria com o *Child Mind Institute*, o IEPS também iniciou a adaptação cultural do Protocolo de Apoio Psicossocial às Escolas, a partir de grupos focais com estudantes, professores, psicólogos escolares e equipes dos Núcleos de Atenção Psicossocial às Escolas. Esse processo gerou insumos para o desenho das estratégias de formação e comunicação da política.

A experiência pernambucana ganhou visibilidade junto ao governo federal, com aproximação da Secretaria de Educação Básica do Ministério

da Educação e do Departamento de Saúde Mental do Ministério da Saúde, abrindo diálogo sobre possibilidades de escala da iniciativa para outros territórios.

O IEPS também realizou o minicurso **Na Palma da Mão: Celulares, Internet e Saúde Mental**, voltado à formação da comunidade escolar para a implementação da nova lei de restrição do uso de celulares nas escolas. A atividade alcançou mais de **650 gestores escolares simultaneamente**, fortalecendo o engajamento das escolas e posicionando diretoras e diretores como atores-chave da política.

Além disso, o instituto participou do **Ciclo Formativo dos Núcleos de Atenção Psicossocial às Escolas**, apresentando o diagnóstico institucional e a proposta para o projeto. A atividade reuniu mais de **70 servidores** e contribuiu para alinhar a implantação do Sistema de Atenção Psicossocial em Pernambuco.

Produção de evidências para políticas públicas

Ainda em parceria com Pernambuco, deu-se continuidade da parceria com o **Sistema de Avaliação da Educação de Pernambuco (SAEPE)**, principal ferramenta de monitoramento da qualidade da educação no estado. Pelo segundo ano consecutivo, o IEPS incluiu no sistema um bloco específico sobre bem-estar estudantil, inspirado na escala internacional **RCADS-11**, voltada à identificação de sintomas de ansiedade e depressão em crianças e adolescentes.

A iniciativa gerou uma base inédita, com mais de **234 mil respostas**, sendo **73 mil** apenas de estudantes do 3º ano do Ensino Médio. Trata-se da maior amostra já registrada para esse monitoramento, superando amplamente o tamanho de amostras utilizadas em estudos semelhantes.

“Saúde mental de Crianças e Adolescentes no Brasil: o que revelam as evidências científicas?”, tradução científica publicada pelo IEPS que reúne recomendações, intervenções com resultados positivos e intervenções digitais voltadas à autoimagem corporal e terapias em grupo com foco em habilidades de resolução de problemas e redução do risco de suicídio.



No âmbito da cooperação com o Ministério da Saúde, o IEPS entregou um estudo sobre o **Programa Saúde na Escola (PSE)**, com foco no eixo de saúde mental. A análise consolidou evidências relevantes para apoiar decisões estratégicas, incluindo a identificação de municípios que combinam **baixa oferta de psicólogos no SUS e poucas ações de saúde mental nas escolas**.

“Por uma Cultura do Acolhimento”, artigo assinado por pesquisadores do IEPS e publicado na edição especial sobre saúde mental nas escolas da **Stanford Social Innovation Review Brasil**



“Conhecida como Lei do Programa de Saúde na Escola, a Lei 14.819/2024 busca enfrentar a negligência histórica na promoção de saúde mental de crianças e adolescentes no Brasil e romper práticas de exclusão e silenciamento. Tirar a lei do papel e transformar escolas em territórios de cuidado exige mais do que boas intenções: demanda vontade política, articulação intersetorial e compromisso com uma nova visão de sociedade, na qual o protagonismo juvenil no tratamento de saúde e nas políticas públicas seja garantido”

Participação e protagonismo juvenil

O protagonismo juvenil foi uma diretriz central do Programa Agora na agenda de saúde mental de crianças e adolescentes. A parceria com o comitê Juntô Jovem fortaleceu a escuta qualificada de jovens e sua participação em debates sobre políticas públicas.

Um dos principais marcos foi o Encontro Nacional do Juntô Jovem, realizado em outubro de 2025, em Brasília. Pela primeira vez, integrantes do comitê se reuniram presencialmente em uma programação que incluiu visita ao primeiro Centro de Atenção Psicossocial Infantojuvenil do Brasil, atividades culturais, passagem pelo Congresso Nacional, encontro com parlamentares e reunião com Marcelo Kimati, diretor de Saúde Mental do Ministério da Saúde.



Integrantes do comitê Juntô Jovem durante o Encontro Nacional do Juntô Jovem realizado em Brasília. Foto: Camila Fortes/Juntô



“Já estive em outros comitês e movimentos políticos, e parecia que os adultos queriam que a gente estivesse lá, mas não que a gente falasse. Aqui foi o contrário: queriam que nós falássemos”

CARLOS RAMOS DE LIMA

Jovem indígena, estudante de direito, membro do comitê Juntô Jovem e representante da região sul

O encontro também foi uma oportunidade para escutar e avaliar a experiência dos próprios jovens no comitê. Foram realizadas entrevistas individuais, dinâmicas coletivas e questionários padronizados, inspirados no *Youth Programming Assessment Tool (YPAT)*, modelo utilizado pela USAID para avaliação de engajamento e desenvolvimento juvenil. O processo permitiu identificar aprendizados, desafios, transformações e prioridades para as próximas etapas da iniciativa.

Frente Parlamentar Mista para a Promoção da Saúde Mental

A atuação do IEPS junto à Frente Parlamentar da Saúde Mental (FPSM) contribui para aproximar conhecimento técnico e processo legislativo. No exercício da Secretaria Executiva da Frente, o instituto apoiou a definição de prioridades, a qualificação do debate público e a construção de propostas voltadas ao fortalecimento das políticas de saúde mental.

Essa atuação ampliou a interlocução entre parlamentares, especialistas, gestores públicos e organizações da sociedade civil, consolidando a Frente como um espaço estratégico de produção de agendas, incidência política e qualificação legislativa.

 [ACESSE AQUI OS BOLETINS MENSAIS DA FPSM PUBLICADOS EM 2025](#)

2ª edição da Agenda Legislativa da Saúde Mental 2025–2026

As prioridades para atuação da FPSM foram definidas no processo de elaboração da **2ª edição da Agenda Legislativa da Saúde Mental 2025–2026**, lançada em evento na Câmara dos Deputados, que contou com transmissão ao vivo no YouTube.

 [ASSISTA AQUI](#)

A Agenda foi construída a partir de formação com assessorias parlamentares, atividade de planejamento com a presidência da Frente e mobilização de integrantes do Conselho Consultivo, além de representantes da OPAS e do Ministério do Trabalho e Emprego. Entre os temas prioritários incluídos na Agenda estavam as apostas online e a proteção de crianças e adolescentes em ambientes digitais.



Deputado Pedro Campos (PSB/PE), presidente da FPSM, durante o lançamento da Agenda Legislativa 2025-2026. Foto: Chico Ferreira/PSB

O documento definiu a atuação da Frente elencando metas organizadas em quatro eixos: Internet e Proteção de Crianças e Adolescentes; Tratamento, Monitoramento e Fiscalização; Minorias Sociais e Direitos Humanos; e a Saúde Mental dos Trabalhadores.



Dossiê “A Saúde dos Brasileiros em Jogo”

A expansão das apostas online e seus efeitos sobre a saúde da população tornou-se uma das principais agendas de atuação da FPSM. Em 2025, a Frente deu início a uma estratégia de incidência voltada ao fortalecimento da regulação do setor sob a perspectiva da saúde pública, tendo como

marco o lançamento, em parceria com a Umane, do dossiê *A Saúde dos Brasileiros em Jogo: análise político-econômica da regulamentação de apostas online e seus impactos para a saúde da população brasileira*.



Lançada durante o 14º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva (Abrasco), realizado em Brasília, a publicação reuniu evidências inéditas para subsidiar o debate legislativo e apoiar a construção de respostas regulatórias diante dos efeitos sanitários, econômicos e sociais da expansão das apostas online no Brasil. Os resultados indicam que apostas e jogos de azar podem representar um custo anual de aproximadamente **R\$ 39 bilhões** para a sociedade brasileira, dos quais aproximadamente **R\$ 31 bilhões** estão relacionados à saúde, incluindo transtornos mentais, sofrimento psicológico, endividamento, conflitos familiares e perda de qualidade de vida.



A análise evidenciou ainda o descompasso entre os custos sociais da atividade e os recursos destinados à mitigação de seus impactos. Enquanto a arrecadação do setor alcançou R\$ 6,8 bilhões em 2025, os danos estimados à sociedade são quase seis vezes superiores. Além disso, embora a legislação determine a destinação de parte da arrecadação para a saúde, apenas 1% da arrecadação líquida é direcionada ao Ministério da Saúde, o que resultou em aproximadamente R\$ 33 milhões efetivamente transferidos até agosto de 2025.

O estudo contribuiu para ampliar a visibilidade dos impactos das apostas online sobre a saúde da população brasileira e para fortalecer o debate sobre a necessidade de uma regulação orientada pela proteção da saúde pública. Os detalhes da estratégia de comunicação e da repercussão pública do lançamento são apresentados no capítulo Comunicação, Difusão e Engajamento Institucional.



O lançamento do dossiê aconteceu durante a mesa “A maré antirreformista que vem do Congresso: análises à luz dos 24 anos da Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira”

Contribuições ao PL do ECA Digital

Diante da crescente preocupação pública com os impactos da internet sobre a saúde mental de crianças e adolescentes, o tema tornou-se uma prioridade da atuação do IEPS na Secretaria Executiva da FPSM.

A Frente atuou para acelerar a tramitação do chamado PL do ECA Digital, conhecido como projeto de lei contra a adultização. Também contribuiu para a incorporação de uma emenda voltada à prevenção e à mitigação de riscos relacionados ao acesso de crianças e adolescentes a conteúdos sobre autodiagnóstico, automedicação, autolesão e suicídio.

A medida buscou fortalecer a responsabilidade das plataformas digitais na proteção da juventude e ampliar as salvaguardas previstas na legislação. O IEPS foi convidado para a sanção presidencial da lei, marco que simbolizou mais um avanço legislativo acompanhado pela Frente Parlamentar e a aprovação da segunda lei estabelecida como meta prioritária da iniciativa.

Agendas Emergentes: novas frentes de atuação do IEPS



Enchente de 2024 foi o maior desastre natural da história do Rio Grande do Sul.
Foto: Bruno Peres/Agência Brasil

Além das iniciativas estruturantes apresentadas neste relatório, o IEPS dedicou parte de seus esforços ao desenvolvimento e à exploração de agendas com potencial de relevância crescente para o sistema de saúde brasileiro.

Duas frentes se destacaram nesse movimento: a incorporação da perspectiva dos usuários na avaliação da Atenção Primária e a interseção entre mudanças climáticas e saúde. Ambas apresentam oportunidades de contribuição para a atuação do instituto e devem ganhar importância nos próximos anos.

Resultados e experiências dos usuários na Atenção Primária: o estudo PaRIS

A incorporação da perspectiva dos usuários na avaliação dos sistemas de saúde tem ganhado relevância internacional como estratégia para qualificar o cuidado e orientar políticas públicas mais centradas nas pessoas.

Nesse contexto, o IEPS promoveu, em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o lançamento no Brasil do **Patient-Reported Indicator Surveys (PaRIS)**, estudo internacional que analisa a Atenção Primária a partir dos resultados e das experiências reportadas pelos próprios pacientes. O lançamento foi realizado em Brasília,



Miguel Lago, Francisco Gaetani, Ana Estela Haddad, Vera Schattan e James Berson Lalane durante a segunda mesa de debates do evento. Fonte: Soma Films/IEPS

no evento “Resultados e Experiências dos Pacientes como Eixo de Transformação para a Atenção Primária no Brasil”, que reuniu representantes do Ministério da Saúde, secretários estaduais e municipais, Conass, Conasems, organizações internacionais, pesquisadores e especialistas.

As discussões abordaram o potencial de indicadores reportados pelos usuários para aprimorar o monitoramento de políticas públicas, fortalecer a participação dos pacientes e orientar processos de transformação digital na saúde.

Ao promover o debate sobre o PaRIS no Brasil, o IEPS contribuiu para aproximar experiências internacionais e desafios nacionais, fortalecendo a reflexão sobre novas formas de medir a qualidade da Atenção Primária e incorporar a perspectiva dos usuários na formulação e avaliação das políticas de saúde.

Clima e Saúde: da COP30 a uma agenda permanente

As mudanças climáticas têm produzido impactos cada vez mais evidentes sobre a saúde das populações, especialmente em territórios marcados por vulnerabilidades sociais, ambientais e desigualdades de acesso aos serviços públicos.

Diante desse cenário, o IEPS iniciou uma agenda exploratória voltada à interseção entre clima e saúde, buscando identificar oportunidades de atuação alinhadas à sua missão institucional e compreender como a produção de evidências pode contribuir para a formulação de políticas públicas nesse campo.

Em 2025, o IEPS ampliou sua inserção em redes e espaços estratégicos dedicados ao tema. Entre os destaques estiveram o apoio à coordenação do Grupo de Trabalho de Saúde da Uma Concertação pela Amazônia e a contribuição para a construção da Rede Saúde e Clima Brasil, articulação que reúne organizações da sociedade civil, instituições de pesquisa e especialistas comprometidos com o fortalecimento dessa agenda no país.

Essas iniciativas contribuíram para posicionar o instituto em um campo que ganhou relevância crescente ao longo do ano, impulsionado pela preparação e participação na COP30 e pela incorporação da saúde como tema prioritário da conferência.

A crescente centralidade da saúde no debate climático internacional ganhou um marco importante em 2025, quando a COP30 passou a incorporar o tema de forma inédita em sua programação. Nesse contexto, o IEPS definiu sua participação no evento como uma oportunidade para fortalecer articulações estratégicas, ampliar o diálogo com parceiros nacionais e internacionais e contribuir para o debate público por meio da produção e disseminação de evidências sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde.

Como membro fundador da Rede Saúde e Clima Brasil, o IEPS participou do lançamento da iniciativa, realizado na Embaixada dos Povos, com a presença de representantes do Ministério da Saúde, da Secretaria Especial de Saúde

de Indígena, de secretarias estaduais e de organizações parceiras. O instituto também acompanhou a Plenária do Dia da Saúde, marcada pelo lançamento do Plano de Ação de Saúde de Belém pelo Ministério da Saúde.

Além disso, o IEPS promoveu, em parceria com a Uma Concertação pela Amazônia, uma roda de conversa que reuniu cerca de 20 organizações e especialistas para discutir os desafios e perspectivas da agenda de clima e saúde no período pós-COP30. O encontro contou, entre outros participantes, com a conselheira do IEPS Marcia Castro e contribuiu para fortalecer conexões entre pesquisadores, gestores públicos e organizações da sociedade civil comprometidas com o avanço dessa agenda no Brasil.



Lançamento da Rede Saúde e Clima Brasil durante a COP30. Foto: João Risi/Ministério da Saúde



Mesa de debate promovida em parceria com a Uma Concertação pela Amazônia. Foto: Divulgação/IEPS

Produção científica

Como contribuição para o debate, o IEPS lançou três estudos inéditos sobre acesso à saúde na Amazônia Legal, exposição da infraestrutura de saúde a desastres naturais e racismo ambiental. As publicações ampliaram a disponibilidade de

evidências sobre os impactos das mudanças climáticas e das desigualdades ambientais na saúde da população brasileira, reforçando a inserção do instituto em uma agenda estratégica para o futuro das políticas públicas.

Nota Técnica n. 40
Saúde na
Amazônia Legal

O tempo médio de viagem para quimioterapia na Amazônia Legal é cerca de **7 vezes maior** do que no restante do país. A densidade territorial de equipes de atenção básica é **8 vezes menor** na região.



Nota Técnica n. 41
Infraestrutura de
saúde e desastres
naturais

Cerca de **29% dos estabelecimentos de saúde** e **20% dos leitos de UTI** estão próximos a áreas de risco de desastre. O estudo identificou **2.039 estabelecimentos** localizados dentro desses setores.



Nota Técnica n. 42
Racismo ambiental
e saúde urbana

Setores censitários com população inteiramente preta apresentam exposição média à poluição cerca de **38% maior** do que setores com população inteiramente branca.



Comunicação, Difusão e Engajamento Institucional



Mais do que divulgar pesquisas e projetos, a comunicação é uma dimensão estratégica da atuação do IEPS. Seu papel é ampliar o alcance das evidências produzidas pelo instituto, fortalecer o diálogo com os tomadores de decisão e contribuir para a qualificação do debate público sobre os desafios do sistema de saúde brasileiro.

A área atuou de forma integrada às diretorias do IEPS para transformar conhecimento técnico em conteúdo acessível, fortalecer a presença institucional e ampliar a circulação de evidências em temas prioritários para a organização. Essa atuação envolveu relacionamento com a imprensa, produção de conteúdos digitais, organização de eventos e desenvolvimento de estratégias de comunicação voltadas à incidência pública e comunicação de projetos.

Presença e alcance: os números da comunicação institucional do IEPS

visualizações no site do instituto:

222.250

seguidores nas redes sociais (Instagram e LinkedIn):

14.997

matérias na imprensa citando o IEPS:

2.372

Acompanhe o IEPS nas redes sociais



O ano foi marcado por ações que ampliaram a visibilidade de pesquisas e projetos do instituto em agendas como saúde mental, apostas online, regionalização da saúde, desigualdades raciais e clima e saúde. Com isso, o IEPS reforçou seu papel como fonte qualificada de informação e análise para gestores públicos, parlamentares, pesquisadores, jornalistas e organizações da sociedade civil.

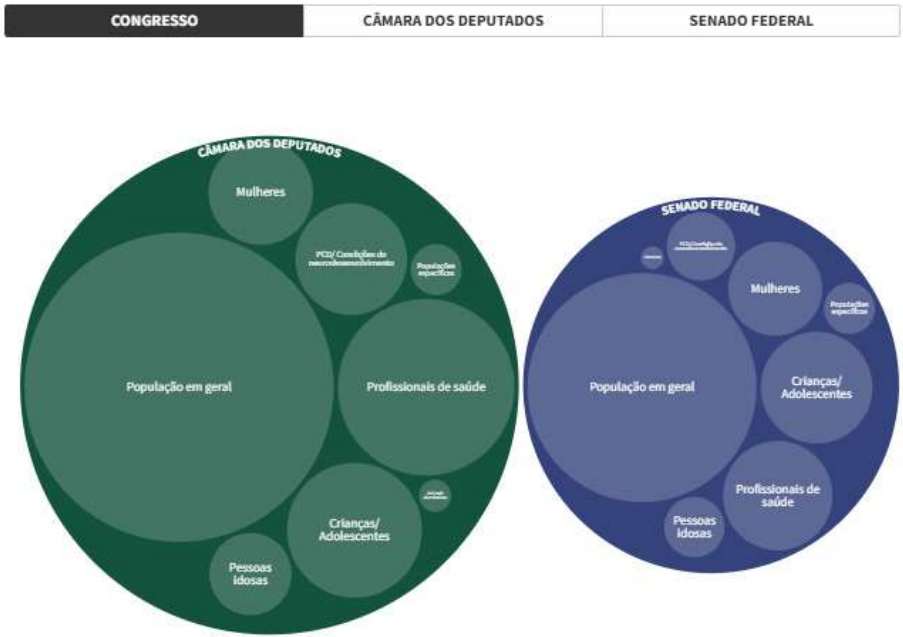
Visualização de dados

A área de Comunicação consolidou uma nova frente de atuação voltada à visualização de dados, ampliando a capacidade do IEPS de traduzir evidências a partir de gráficos e esquemas visuais ilustrados.

Além de favorecer a disseminação do conhecimento, a incorporação da visualização de dados fortaleceu a identidade dos conteúdos e tornou a presença digital do instituto mais consistente, com conteúdos mais claros, acessíveis e atrativos.

Para quem o Congresso legisla quando se trata de saúde?

A maior parte das propostas legislativas em saúde não foca em públicos específicos, sendo voltada à população em geral. Quando há um recorte, mulheres, profissionais de saúde e crianças/adolescentes aparecem como os grupos mais citados.



IEPS no Flickr

A qualificação dos registros audiovisuais das iniciativas do IEPS representou um avanço relevante na estratégia de comunicação institucional, ampliando a capacidade de documentar e comunicar suas atividades com maior qualidade e consistência.

Além de fortalecer a memória institucional, os registros produzidos ajudam a evidenciar conexões construídas com gestores, profissionais de saúde, parceiros e comunidades, reforçando o alcance, a legitimidade e o potencial de impacto das ações conduzidas pelo instituto.

Criado no final de 2024, o perfil do IEPS no Flickr passou a ser utilizado de forma mais sistemática em 2025 como acervo público de registros fotográficos das agendas estratégicas do instituto. Até o final de 2025, a plataforma reúne **531 fotos**, organizadas em **13 álbuns**, que somaram **600 visualizações**, consolidando um acervo público de memória institucional e valorização da comunicação visual da atuação do instituto em diferentes territórios e espaços de incidência.

Imprensa

O relacionamento com a imprensa constitui um eixo estratégico da atuação do IEPS para qualificar o debate público e fortalecer as políticas de saúde no Brasil. Ao longo do ano, o instituto foi mencionado em **2.372 conteúdos jornalísticos**, resultado de ações coordenadas pela área de Comunicação e menções espontâneas. A presença do IEPS se deu em diferentes formatos editoriais — incluindo artigos de opinião, editoriais, entrevistas e reportagens especiais — e em veículos de comunicação de alcance nacional, regional e local.

Destaques do ano

Dossiê das Bets: o debate sobre apostas online ganhou espaço na agenda pública

O lançamento do dossiê A Saúde dos Brasileiros em Jogo foi acompanhado por uma estratégia integrada de comunicação e incidência, envolvendo assessoria de imprensa, redes sociais, produção de conteúdo e articulação institucional.

A estratégia contribuiu para ampliar o alcance das evidências produzidas pelo IEPS e posicionar os impactos das apostas online sobre a saúde como uma questão de interesse público. O estudo foi repercutido por diversos

veículos, citado por autoridades dos Poderes Executivo e Legislativo e utilizado para qualificar o debate sobre a regulação do setor.

Entre os veículos que repercutiram o estudo estão *Folha de S. Paulo*, *Estadão*, *O Globo*, *Agência Brasil*, *JOTA*, *Futuro da Saúde* e diversos veículos regionais. A divulgação também gerou repercussão em redes sociais de jornalistas, parlamentares, organizações da sociedade civil e veículos de comunicação.

Além da cobertura jornalística, os resultados do dossiê foram citados em manifestações públicas de autoridades como o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, o ex-ministro da Saúde José Gomes Temporão e o senador Humberto Costa, ampliando a presença do tema nos debates sobre regulação das apostas online e seus impactos para a saúde pública.



Alcance do lançamento		
➤ 671	inserções na imprensa, incluindo:	
➤ 430	matérias em veículos online	
➤ 207	citações em rádio	
➤ 19	citações em televisão	
➤ 13	matérias em jornais impressos	
➤ 2	vídeos em canais do YouTube	



A participação do IEPS na COP30 foi acompanhada por uma estratégia integrada de pesquisa e comunicação voltada a ampliar a circulação de evidências sobre os impactos das mudanças climáticas na saúde e fortalecer a presença institucional do instituto nessa agenda emergente.

A estratégia teve como eixo central o lançamento de três notas técnicas

produzidas pelo IEPS no contexto da conferência, traduzindo evidências sobre acesso à saúde na Amazônia Legal, exposição da infraestrutura de saúde a desastres naturais e racismo ambiental. A divulgação dos estudos foi articulada com veículos de imprensa, produção de conteúdos para redes sociais e cobertura das atividades realizadas durante a COP30.



“Só conseguiremos resolver tais problemas quebrando a barreira ontológica e epistemológica entre sociedade e natureza, entendendo o tema a partir das concepções de saúde planetária e saúde única”



ARTHUR AGUILLAR E MARIANA NORONHA
Diretor de políticas públicas do IEPS e diretora de operações do IEPS, em artigo publicado no Nexo Políticas Públicas na ocasião da COP30



As pesquisas na imprensa brasileira

As notas técnicas produzidas para o contexto da COP30 alcançaram ampla repercussão na mídia nacional. A Nota Técnica n. 41, sobre infraestrutura de saúde e desastres naturais, teve lançamento com exclusividade na Folha de S.Paulo e também foi destaque na TV Brasil e no Jornal do Commercio.

Já a Nota Técnica n. 42, que analisou desigualdades raciais na exposição à poluição e ao calor extremo, foi publicada com exclusividade pelo g1 e repercutiu em veículos como GloboNews e CBN, com inserções em emissoras de Brasília, São Paulo, Recife, Florianópolis, Curitiba, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Natal e Porto Alegre.



A atuação do IEPS durante a conferência também gerou repercussão em veículos especializados e regionais, incluindo cobertura sobre o Dia da Saúde na COP30 e o lançamento do Plano de Ação de Saúde de Belém.

A estratégia contribuiu para ampliar a visibilidade da agenda de clima e saúde, fortalecer o posicionamento institucional do IEPS e inserir evidências qualificadas no debate público realizado durante a conferência.

Coluna
TechSUS,
uma parceria
do IEPS com
o JOTA

O JOTA é um dos principais veículos de comunicação do meio digital especializado na cobertura das instituições públicas brasileiras. Na coluna TechSUS são publicadas análises sobre os principais desafios da saúde digital no Brasil.

- A política de telessaúde no Brasil entre conquistas e desafios 15 anos depois

08 de dezembro | Isis Gomes, Shivani Pandya, Maria Letícia Machado, Luísa Arantes, Juliana Paiva

 [ACESSE AQUI](#)
- Quando a saúde chega pelo celular: lições do Baixo Amazonas para o Brasil

06 de outubro | Isabel Opice, Gabrielle Arruda, Marta Silva

 [ACESSE AQUI](#)
- O que muda, na prática, com o decreto da RNDS?

02 de setembro | Maria Letícia Machado

 [ACESSE AQUI](#)
- O desafio da interoperabilidade no SUS

11 de agosto | Por Juliana Paiva, Isis Gomes, Shivani Pandya, Luísa Bolaffi Arantes, Maria Letícia Machado

 [ACESSE AQUI](#)
- Não é só tecnologia: lições do Brasil para a saúde digital no mundo

26 de maio | Por Luísa Bolaffi Arantes, Shivani Pandya, Isis Gomes, Juliana Paiva

 [ACESSE AQUI](#)
- Da norma à prática: como a saúde digital pode viabilizar a regionalização do SUS

31 de março | Por Crhistine Cavalheiro Maymone Gonçalves, Agatha Eleone Borges, Beatriz Thiago Ferreira de Almeida

 [ACESSE AQUI](#)

O IEPS no
Nexo Políticas
Públicas

Ao lado de importantes organizações do terceiro setor e de centros de pesquisa, somos parceiros do Nexo Jornal no projeto Nexo Políticas Públicas, uma plataforma acadêmico-jornalística que traz uma série de conteúdos acadêmicos em linguagem clara e formatos inovadores.

- Tópico

A falta de políticas qualificadas para autismo no Brasil

27 de fevereiro | Por Lucas Zacari

 [ACESSE AQUI](#)
- Opinião

O SUS não deve esquecer os excluídos

16 de dezembro | Por Renato Tasca

 [ACESSE AQUI](#)
- Acadêmico

Como a violência urbana afeta o uso de serviços de saúde entre pessoas de baixa renda no Rio de Janeiro

10 de dezembro | Por Sophia Medeiros

 [ACESSE AQUI](#)
- Opinião

“Nada sobre nós sem nós”: é a juventude que constrói o futuro da saúde mental no Brasil

25 de novembro | Por Daniel Nascimento, Júlio Ruan, Marina da Silva, Camila Fortes Franklin e Filipe Asth

 [ACESSE AQUI](#)
- Opinião

Clima e saúde na COP30: perspectivas para o SUS na preparação e resposta à emergência climática

12 de novembro | Por Arthur Aguillar e Mariana Noronha

 [ACESSE AQUI](#)

O IEPS no
Nexo Políticas
Públicas

Linha do tempo	
Saúde mental nas escolas pernambucanas	 ACESSE AQUI
14 de outubro Por Dayana Rosa, Jéssyca Aparecida de Medeiros Bezerra, Julia Luiza Schafer, Maria Letícia Machado, Priscila Borges, Stéphanie Maximiano de Azevedo, Thaís Fernanda Ferreira Novaes e Vinícius Peçanha	
Opinião	
Onde nasce o cuidado: a escola como território da saúde mental	 ACESSE AQUI
9 de outubro Por Dayana Rosa, Jéssyca Aparecida de Medeiros Bezerra, Julia Luiza Schafer, Maria Letícia Machado, Priscila Borges, Stephanie Maximiano de Azevedo, Thaís Fernanda Ferreira Novaes e Vinícius Peçanha	
Opinião	
A saúde mental de crianças e adolescentes no Congresso Nacional	 ACESSE AQUI
7 de outubro Por Filipe Asth	
Opinião	
Restrição de celulares nas escolas: como nova lei integra o compromisso com a Educação Digital e Midiática	 ACESSE AQUI
26 de setembro Por Marina Kovács	
Linha do tempo	
A implementação da educação digital e midiática nas escolas brasileiras	 ACESSE AQUI
22 de setembro Por Marina Kovács	

Glossário	
Regionalização no SUS	 ACESSE AQUI
21 de agosto Por Beatriz Almeida	
Linha do tempo	
Regionalização da saúde: caminhos desde a criação do SUS	 ACESSE AQUI
21 de agosto Por Beatriz Almeida	
Opinião	
“O especialista é um ciclope”: por que integrar a atenção primária e especializada no SUS	 ACESSE AQUI
25 de julho Por Renato Tasca e Maria Inez Padula Anderson	
Opinião	
Celular na escola: o que fazer daqui para frente?	 ACESSE AQUI
18 de julho Por Victor Vicente e Valrei Lima	



Diretoria



Miguel Lago
Diretor Executivo



Arthur Aguillar
Diretor de Políticas Públicas



Paulo Chapchap
Diretor Médico



Rebeca Freitas
Diretora de Relações Institucionais



Rudi Rocha
Diretor de Pesquisa



Mariana Noronha
Diretora de Operações

Equipe



Maria Letícia Machado
Coordenadora de Políticas Públicas



Agatha Eleone
Gerente de Programa



Dayana Rosa
Gerente de Programa



Helena Ciorra
Gerente de Projetos de Pesquisa



Julia Pereira
Gerente de Relações Institucionais



Marcela Acioli
Gerente de Programa



Mayra Neves
Gerente Administrativo-Financeiro



Filipe Asth
Especialista em Relações Institucionais



Marcella Semente
Especialista em Relações Institucionais



Aline Taboada
Analista Administrativa



André Amaral
Analista Administrativo



Beatriz Almeida
Analista de Políticas Públicas



Carolina Magalhães
Analista
Administrativa



Flávia Porto
Analista
Administrativa



Isabela Ramos
Analista de
Políticas Públicas



Jéssica Remédios
Analista de Políticas
Públicas



Bernardo Jazra
Pesquisador



Bianca Reis
Assistente
Administrativa



Letícia Pires
Assistente de
Comunicação



Letícia Victer
Assistente
Administrativa



Lucas Melo
Analista de Políticas
Públicas



**Natasha
Mastrangelo**
Analista de
Comunicação



Priscila Borges
Analista de
Políticas Públicas



Rodrigo Soares
Analista
Administrativo



**Mayara
Rodrigues**
Assistente de
Operações



Tarcila Luz
Assistente
Administrativa



Victor Nobre
Assistente
de Relações
Institucionais



**Maria Clara
Capobianco**
Estagiária de
Pesquisa



Sara Tavares
Analista de Relações
Institucionais



Saville Almeida
Analista de Políticas
Públicas



Bruna Borges
Pesquisadora



Lucas Falcão
Pesquisador



Mayla Araújo
Estagiária de
Políticas Públicas



Evellyn Henriques
Jovem Aprendiz

Pesquisadores
Associados

- Frederica Padilha**
Pesquisadora de Pós-doutorado
- Guilherme Cabrine**
Pesquisador de Doutorado
- Gustavo Cordeiro**
Pesquisador de Doutorado
- Heitor Lima**
Pesquisador de Doutorado
- Julia Guerra**
Pesquisadora de Doutorado
- Karen Codazzi**
Pesquisadora de Doutorado
- Lívia Almeida**
Pesquisadora de Doutorado
- Maria Letícia Lopes**
Pesquisadora de Doutorado
- Mateus Villaça**
Pesquisador de Doutorado

Conselho
Deliberativo

- Arminio Fraga**
- Ana Inoue**
- Ana Paula Pessoa**
- Átila Roque**
- Marcelo Trindade**
- Marcia Castro**
- Paulo Hartung**
- Rodrigo Fiães**

Conselho Fiscal

- Ana Novaes**
- Eduardo Soares**

Colaboradores
Associados

- Lívia Almeida**
Bolsista de Doutorado,
economista pela UFRJ e USP
- Adriano Massuda**
Doutor em Saúde Coletiva,
UNICAMP
Secretário Executivo,
Ministério da Saúde
- Ana Balsa**
PhD em Economia, Boston University
Professora, Universidad de Montevideo
- Ana Maria Malik**
Doutora em Medicina, USP
Professora Titular, EAESP-FGV
- Bladimir Carrillo**
Doutor em Economia Aplicada, UFV
Professor Associado, EESP-FGV
- Breno Sampaio**
PhD em Economia, University of
Illinois at Urbana-Champaign
Professor Associado, UFPE
- Cecilia Machado**
PhD em Economia, University
of Columbia Economista-Chefe,
Banco BOCOM BBM
- Christopher Millett**
PhD em Sistemas de Saúde, Imperial
College London
Professor, Imperial College London

- Cristine Campos de Xavier Pinto**
PhD em Economia, University
of California, Berkeley
Professora Titular, Insper
- Damian Clarke**
PhD em Economia, University
of Oxford
Professor Associado, University
of Exeter
- Daniel Wei Liang Wang**
PhD em Direito, London School
of Economics and Political Science
Professor Associado, Direito-FGV
- Elize Massard da Fonseca**
PhD em Política Social, University
of Edinburgh
Professora Associada, EAESP-FGV
- Fabio Kon**
PhD em Ciência da Computação,
University of Illinois at
Urbana-Champaign
Professor Titular, IME-USP
- Gabriela Lotta**
Doutora em Ciência Política, USP
Professora Associada, EAESP-FGV
- Humberto Laudaes**
PhD em Economia, Geneva Graduate
Institute
Sócio Sênior, Mirante Economic
& Policy Consulting

Kenya Noronha

Doutora em Economia, UFMG
Professora Adjunta, UFMG

Leandro Rezende

Doutor em Medicina Preventiva, USP
Professor Adjunto, UNIFESP

Letícia Nunes

Doutora em Economia, EPGE-FGV
Professora Assistente, Insper

Maíra Coube

Doutora em Administração Pública
e Governo, FGV
Pós-doutoranda, Insper

Marina Martins Siqueira

Doutora em Administração, UFRJ
Professora Assistente, Faculdade Israelita
Albert Einstein

Mônica Viegas Andrade

Doutora em Economia, EPGE-FGV
Professora Associada, UFMG

Naercio Aquino Menezes-Filho

PhD em Economia, University
of London
Professor Titular, Insper

Pablo Celhay

PhD em Política Pública, University
of Chicago
Professor Assistente, Pontificia
Universidad Católica de Chile

Paula Spinola

PhD em Economia, University
College London
Consultora, Inter-American
Development Bank

Renata Narita

PhD em Economia, University
College London
Professora Associada, PUC-Rio

Rodrigo R. Soares

PhD em Economia, University
of Chicago
Professor Titular, Insper

Sergio Firpo

PhD em Economia, University
of California, Berkeley
Professor Titular, Insper

Silvia Barcellos

PhD em Economia, Princeton
University
Professora Associada, University
of Wisconsin-Madison

Sonia Bhalotra

PhD em Economia, University
of Oxford
Professora, University of Warwick

Tatiane Menezes

Doutora em Economia, USP
Professora Titular, UFPE

Thomas Hone

PhD em Saúde Pública, Imperial
College London
Professor Associado, Imperial College
London

Vladimir Pinheiro Ponczek

PhD em Economia, Princeton
University
Professor Associado, EESP-FGV

Conteúdo

Natasha Mastrangelo

Revisão

Agatha Eleone, Dayana Rosa,
Helena Ciorra, Julia Pereira,
Marcela Acioli, Maria Letícia
Machado e Mariana Noronha

Projeto Gráfico

Estúdio Mirante



IEPS
Instituto de Estudos
para Políticas de Saúde

Rio de Janeiro

Rua Lauro Müller 116, Sala 3704
Botafogo

São Paulo

Rua Itapeva, 286, CJ. 82
Bela Vista

Brasília

SBS Q. 2, Lote XV -
Edifício Prime Business
Convenience | Asa Sul

Santarém

Av. Altamira, 644
Santíssimo

contato@ieps.org.br

imprensa@ieps.org.br

ieps.org.br

